



REVISTA DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

SNS RECEBEU PRIMEIROS FARMACÊUTICOS
RESIDENTES | GOVERNO PREPARA REGULAMENTAÇÃO
PARA DISPENSA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES
EM PROXIMIDADE | OF EM REUNIÕES
DE APROXIMAÇÃO AOS DOENTES | NOVOS
FARMACÊUTICOS ASSUMIRAM COMPROMISSO |
MAIS DE UMA CENTENA DE NOVOS FARMACÊUTICOS
ESPECIALISTAS | OF E FACULDADES DE FARMÁCIA
PROMOVEM MICF



NOVO ESTATUTO OF

**UM NOVO MODELO DE REGULAÇÃO
PROFISSIONAL**

Ser Farmacêutico, dá vantagens.



Conheça os parceiros e
benefícios na utilização da
sua **Carteira Profissional**





Helder Mota Filipe
Bastonário
Ordem dos Farmacêuticos

.....

Com satisfação, registo a mesma percepção por parte da nova Direção Executiva do SNS, mas também dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e de outras estruturas sob a dependência do Ministério da Saúde

O tema central desta edição da Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF) é o processo de revisão do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos (OF), iniciado com a revisão do regime jurídico das associações públicas profissionais, que veio obrigar a várias adaptações nos estatutos de todas as Ordens profissionais. O processo legislativo foi sinuoso e pouco transparente, suportado numa maioria parlamentar que foi apoiando as opções do Governo, mesmo perante a contestação das Ordens, as dúvidas

do Presidente da República ou da Provedora de Justiça. Na verdade, a OF mostrou sempre abertura para revisão do seu estatuto, considerando tratar-se de uma oportunidade única para modernização da instituição e adequação da profissão aos novos tempos e desafios, mas foi também alertando para o impacto da ingerência política na autonomia da regulação das profissões. Com esta mesma postura, vamos proceder à necessária revisão e adequação dos regulamentos internos e acolher os novos órgãos sociais criados pelo diploma, que serão, muito provavelmente, integrados nas listas candidatas ao próximo ato eleitoral da OF, no início de 2025.

Se as alterações ao Estatuto da OF resultam numa mudança estrutural na orgânica da instituição que representa os farmacêuticos portugueses, também o desenvolvimento e implementação de novos serviços farmacêuticos, em articulação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), representa um novo paradigma na relação do serviço público de saúde com as farmácias comunitárias. A administração de vacinas contra a gripe e a COVID-19, a renovação da terapêutica a doentes crónicos, a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e os protocolos de intervenção farmacêutica em situações clínicas ligeiras são claros exemplos de novos serviços que respondem a necessidades concretas dos doentes e que fomentam a racionalidade na gestão de recursos.

Com satisfação, registo a mesma percepção por parte da nova Direção Executiva do SNS, mas também dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e de outras estruturas sob a dependência do Ministério da Saúde, com franca disponibilidade para avançar com projetos e novos serviços sustentáveis, que alivem a pressão sobre os serviços públicos de saúde. É nesse paradigma que queremos atuar, sempre assente no interesse público, nas necessidades dos utentes dos serviços de saúde.

Desde que assumimos funções, elegemos a aproximação aos farmacêuticos e aos doentes como pilares da

nossa atuação. Neste pressuposto, são regularmente colocados em Consulta Pública vários documentos e referenciais estratégicos para a profissão, para assim recebermos os contributos dos nossos colegas, dos profissionais que vão executar os novos programas, e que conhecem, como ninguém, a realidade que se vive terreno. De forma inclusiva, procuramos também ouvir os representantes dos doentes, em reuniões, encontros e eventos organizados especificamente para registar as suas opiniões e visão sobre a prestação de cuidados.

O ano tem sido prolífero em novas medidas dirigidas ao setor farmacêutico. Medidas que afetam diretamente o exercício profissional farmacêutico e que requerem uma atenção particular da instituição que os representa. A concretização da Carreira Farmacêutica no SNS e do programa formativo da Residência Farmacêutica deram um relevantíssimo impulso para a valorização dos farmacêuticos no SNS, mas não resolvem os problemas que muitos colegas enfrentam nas instituições em que exercem a sua atividade. O desinvestimento em recursos humanos e materiais já justificou inúmeros pedidos de exclusão de responsabilidade de farmacêuticos hospitalares. Estes colegas lançaram um alerta e a OF acompanha as suas preocupações, insistindo regularmente com o Ministério da Saúde para resolução dos problemas que ainda decorrem da regulamentação da Carreira Farmacêutica, como aconteceu com o reconhecimento das especialidades atribuídas pela OF.

Como nota final, gostaria de destacar a participação de inúmeros colegas nas atividades da Ordem. Nos eventos do Colégios de Especialidade, na reformulada cerimónia de Compromisso Farmacêutico, nas candidaturas às especialidades farmacêuticas. A força da nossa profissão reside na sua coesão, na sua intervenção cívica e capacidade de mobilização para novos projetos e serviços profissionais. Somos uma profissão de saúde, com sede de conhecimento e com total disponibilidade para fazer mais e melhor pela sociedade portuguesa.

SUMÁRIO

NOTÍCIAS

- 6 Farmacêuticos iniciaram Residência Farmacêutica
- 9 Farmacêuticos em hospitais de referência
- 10 Impulso à dispensa em proximidade
- 12 Ordem ouviu perspetivas dos utentes sobre novos serviços farmacêuticos
- 16 Qualificação e diferenciação para prestação de novos serviços nas farmácias
- 17 OF e AFP analisam atividade nas farmácias comunitárias
- 18 Portugueses gastaram mais de 80 euros em medicamentos nas farmácias

CNECV recomenda uniformização de procedimentos para utilização off-label de medicamentos
- 19 Novos relatórios sobre o consumo de medicamentos nos hospitais
- 20 Estratégia para as especialidades de Análises Clínicas e de Genética Humana
- 21 Nova proposta para legislação farmacêutica europeia
- 22 Reunião com diretor executivo do SNS
- 23 OF e SPMS retomam trabalho para acesso dos farmacêuticos a dados clínicos relevantes
- 24 Bastonário e secretário regional analisam serviços farmacêuticos na Madeira

Primeira reunião de trabalho com novo bastonário dos médicos
- 25 Bastonários aproximam farmacêuticos de Portugal e Cabo Verde

Bastonário reuniu com homólogo espanhol
- 26 OF e Valormed analisam gestão de resíduos

DESTAQUE

- 28 Um novo modelo de regulação profissional

ATIVIDADES

- 36 Novos farmacêuticos assumiram compromisso
- 38 Mais de 100 novos farmacêuticos especialistas
- 40 Regulação disciplinar da atividade farmacêutica
- 41 Maioria completou Ciclo de Desenvolvimento Profissional
- 42 OF e Instituições de Ensino Superior juntas para promoção do MICF
- 43 Ensino superior público com mais vagas para Ciências Farmacêuticas
- 44 Tempos desafiantes para a Farmácia Hospitalar
- 46 Farmacêuticos comunitários com novos serviços para os utentes
- 48 Farmacêuticos voluntários para Jornadas Mundiais da Juventude

Novo protocolo para sensibilização da dermatite atópica
- 49 Farmacêuticos ibero-americanos reuniram em Barcelona

Capacitar para a geração e utilização de evidência na prática profissional
- 50 Farmácia Latina discutiu a atualidade do setor em Barcelona
- 51 Assuntos Regulamentares comemoraram 25 Anos

FARMACÊUTICOS

- 52 Medalha de Serviços Distintos para farmacêuticas diretoras do Infarmed

Farmacêutica preside Conselho Pedagógico da FMUL
- 53 Ana Paula Martins na presidência do CHULN

Lusófona atribui Medalha de Mérito a Manuela Teixeira





28



REVISTA DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

FICHA TÉCNICA

DIRETOR

Helder Mota Filipe (Bastonário)

CONSELHO EDITORIAL

Anabela Mascarenhas
Dario Bastos Martins
Félix Carvalho
Luís Lourenço
Paula Costa
Rui Pinto

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Pedro Nandin de Carvalho

REDAÇÃO

José Nuno Ferreira
Ricardo Santos
Camilo Rebelo
Carla Diogo
João Dias
Leonor Soares
Lúcia Santos
Maria Luís Santos
Raquel Mateus

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Raquel Neto

FOTOGRAFIA

António Carvalho
Jorge Alves

DESIGN/PAGINAÇÃO

Hugo Charrua | exhibitat@

PRODUÇÃO GRÁFICA

inPrintout | exhibitat@

PROPRIEDADE

Ordem dos Farmacêuticos -
Rua da Sociedade Farmacêutica 18,
1169-075 Lisboa
NIF: 500 998 760
Telef.: +351 213 191 380;
E-mail: geral@ordemfarmaceuticos.pt

PUBLICIDADE

comunicacao@ordemfarmaceuticos.pt

ASSINATURAS

10,00€ (anual)

PERIODICIDADE

Semestral

TIRAGEM

1.000 exemplares
A ROF está acessível em formato
eletrónico no sítio da Ordem
dos Farmacêuticos, em:
www.ordemfarmaceuticos.pt.

DEPÓSITO LEGAL 77129/94

ISSN 0872-7554
ERC 118027

A Revista da Ordem dos Farmacêuticos adota as regras do acordo ortográfico. O Estatuto Editorial encontra-se publicado em www.ordemfarmaceuticos.pt/pt/publicacoes/revista-da-ordem-dos-farmacuticos/rof-estatuto-editorial.

Os artigos assinados não refletem necessariamente o ponto de vista da Ordem dos Farmacêuticos



36

44



NOTÍCIAS

Farmacêuticos iniciaram Residência Farmacêutica

Quase centena e meia de farmacêuticos integram a primeira edição do programa da Residência Farmacêutica, um percurso formativo de quatro anos conducente à especialização – em Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar ou Genética Humana – e ao ingresso na Carreira Farmacêutica no SNS. No próximo ano serão um pouco menos (139), dada a redução de vagas na área das Análises Clínicas.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) conta desde o início do ano com 143 novos farmacêuticos residentes nas áreas de Análises Clínicas (43), Farmácia Hospitalar (92) e Genética Humana (8). Estão distribuídos por 45 instituições de saúde, públicas e privadas, no continente e nas regiões autónomas, todas com idoneidade para acolher e formar farmacêuticos residentes. No próximo ano de 2024, o número decresce (139), com maior redução de vagas nas Análises Clínicas (33). A Farmácia Hospitalar vai acolher mais 6 farmacêuticos do que em 2023, enquanto a Genética Humana mantém o número de vagas.

O início do primeiro programa formativo da Residência Farmacêutica foi assinalado com a realização de uma cerimónia oficial de receção aos farmacêuticos residentes, realizada no Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira (CHUCB).

“O ano de 2023 não se poderia iniciar da melhor maneira”, disse o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) na abertura do evento, que contou também com a participação do secretário de Estado da Saúde, do diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), do presidente da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e do presidente da Comissão Nacional da Residência Farmacêutica (CNRF), entre outras personalidades.



“A Residência Farmacêutica é a base do desenvolvimento da Carreira Farmacêutica no SNS”, sublinhou ainda, assegurando o apoio da OF aos novos residentes, orientadores, diretores de serviço, CNRF, ACSS e demais entidades envolvidas no desenvolvimento da Residência Farmacêutica.

O presidente da ACSS, Vítor Herdeiro, recordou o “longo processo até à realização desta primeira Residência

Farmacêutica”, resultado de um trabalho de “verdadeira parceria” com a OF. “É um dia importante para o SNS”, que finalmente responde a uma “antiga ambição dos farmacêuticos”, considera ainda o presidente da ACSS, ao destacar o início da Residência Farmacêutica como “marco relevante na formação e carreira dos farmacêuticos”.

Presente também nesta cerimónia, o diretor executivo do SNS, Fernando Araújo, afirmou que a Residência Farmacêutica reflete uma aposta do SNS nos farmacêuticos, “procurando garantir que são oferecidas as melhores condições para o seu desenvolvimento técnico e profissional”. Na sua opinião, o arranque deste programa representa “a maior disrupção no processo formativo farmacêutico no SNS”. Estes primeiros farmacêuticos residentes têm uma “enorme responsabilidade. Pela importância deste processo para toda a classe, mas também para a melhoria dos cuidados prestados às populações. São pioneiros na definição

RECENSEAMENTO DE FARMACÊUTICOS DO SNS

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) contactou todas as unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com colaboradores farmacêuticos para caracterização dos respetivos serviços e atualização de dados pessoais e profissionais do universo de farmacêuticos em funções no SNS. Para este efeito, a OF desenvolveu dois formulários para resposta dos

responsáveis dos serviços hospitalares e dos farmacêuticos a título individual. Um dos questionários visa essencialmente a caracterização dos serviços com colaboradores farmacêuticos, com respostas a cargo do respetivo diretor. O outro formulário visa o preenchimento individual por farmacêuticos, permitindo a atualização dos seus dados pessoais e profissionais.



deste processo, cujo sucesso depende também deles”, acrescentou.

No encerramento desta cerimónia, o secretário de Estado da Saúde, Ricardo Mestre, destacou o trabalho desenvolvido por várias entidades para concretização deste novo programa formativo para os farmacêuticos do SNS, onde se incluem a ACSS, a OF e a CNRF. “Hoje termina todo um processo preparatório desenvolvido ao longo de vários meses e inicia-se a execução concreta da Residência Farmacêutica. Este trajeto tem muito de mérito, competência e reconhecimento do que os candidatos fizeram até aqui, mas reveste-se também de elevada exigência e responsabilidade sobre o

dores e dispendiosos. “Daqui a uns anos, recordaremos estes 143 jovens farmacêuticos que iniciaram este processo”, rematou.

PROPOSTAS DA OF RESOLVEM LACUNAS

A OF entregou ao Ministério da Saúde uma proposta de alteração à legislação que regula a Carreira Farmacêutica no SNS, tendo em vista o reconhecimento mútuo das especialidades atribuídas pelas duas entidades e o reconhecimento do tempo de serviço dos farmacêuticos não especialistas que exercem funções no setor privado, social e nas regiões autónomas.

O tema tem sido analisado nas

Desde 1 de janeiro que o título de especialista atribuído pela OF deixou de ser reconhecido pelo Estado para o ingresso na Carreira Farmacêutica, continuando a subsistir graves vícios e discriminações que apenas poderão ser resolvidos com alterações à legislação em vigor.

Estes problemas têm sido contornados por alguns hospitais com a contratação de farmacêuticos como Técnicos Superiores de Saúde, o que merece forte contestação da OF, tendo em consideração o enquadramento atual proporcionado por uma carreira autónoma e diferenciada, que lhes está reservada e que deve, por isso, ser a única forma de ingresso dos farma-

A OF insiste na necessidade de repor o reconhecimento pelo Estado das especialidades que atribui, para efeitos do ingresso na Carreira Farmacêutica no SNS. A Ordem tem vindo a alertar o Ministério da Saúde para os graves vícios e discriminações no acesso à Carreira Farmacêuticos, que atualmente impedem a contratação de novos farmacêuticos e que apenas poderão ser resolvidos com alterações à legislação em vigor

que farão daqui para a frente”, disse o governante. Ricardo Mestre realçou o cumprimento de um objetivo do Programa de Governo, relacionado com a valorização dos profissionais, lembrando ainda que estes primeiros farmacêuticos residentes “chegam ao SNS numa altura empolgante, com muitos desafios pela frente”, desde os desafios demográficos, às novas expectativas e necessidades dos cidadãos em matérias de saúde, passando por reformas organizacionais e uma gestão cada vez mais eficiente de recursos, alguns dos quais extremamente inova-

sucessivas reuniões com a tutela e com a Administração Central do Sistema de Saúde, reforçando a urgência na resolução de lacunas e injustiças resultantes dos atrasos na regulamentação dos diplomas. A OF considera que deve ser operada uma mudança urgente no regime legal da Carreira Farmacêuticas no SNS, bem como no regime que institui a Residência Farmacêutica, por forma a repor os princípios de igualdade e equidade. Desde logo, no reconhecimento e validade do título de especialista atribuído pela OF para ingresso na Carreira Farmacêutica.

cêuticos no SNS, além do programa formativo da Residência Farmacêutica.

A Residência Farmacêutica representa um importante passo na diferenciação e valorização dos farmacêuticos no SNS, permitindo uma formação sólida, estruturada e uniforme, tendo em vista a especialização e o acesso à Carreira Farmacêutica no SNS. No final deste percurso formativo de quatro anos, os farmacêuticos residentes estarão habilitados e capacitados para um exercício profissional autónomo e tecnicamente diferenciado na correspondente área de exercício profissional.



OF EM CONTACTO COM FARMACÊUTICOS RESIDENTES

O início do primeiro programa da Residência Farmacêutica é um momento determinante para toda a profissão. Marca uma nova etapa no desenvolvimento profissional dos farmacêuticos, agora com um percurso formativo estruturado no SNS, tendo em vista a sua especialização e o acesso à Carreira Farmacêutica no SNS. A OF esteve particularmente empenhada na restituição desta carreira para os farmacêuticos que trabalham nas unidades do SNS. Impulsionou também a definição e implementação deste novo programa formativo, num processo que continua a justificar um acompanhamento próximo e eventuais desenvolvimentos.

A relevância do assunto e a sua importância estrutural para o futuro da profissão farmacêutica no SNS justificou também a produção de um Guia dirigido aos farmacêuticos residentes, orientadores, diretores de Serviço e administradores hospitalares. Um documento que reúne informação relevante sobre o novo programa

formativo, que deve servir de apoio e consulta a todos os intervenientes, atuais e futuros.

A OF está também a acompanhar os desenvolvimentos em torno desta primeira edição da Residência Farmacêutica, tendo contactado todos os farmacêuticos colocados, para atualização dos seus dados e contactos profissionais. A Ordem reconhece que a Residência Farmacêutica é um novo desafio para os jovens farmacêuticos, que abre perspectivas de exercício e especialização nas áreas das Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Genética Humana. Representa também um desafio para os serviços e unidades hospitalares e para própria OF, que está envolvida, por exemplo, na emissão de pareceres relativos ao reconhecimento das idoneidades formativas e na regulamentação do programa formativo para as diferentes áreas.

Em reunião realizada nas instalações provisórias da OF com um grupo de jovens farmacêuticos residentes, que acabariam por fundar Associação Portuguesa de Farmacêuticos Residentes (APFR), o bastonário apelou

GREVES CONDICIONAM SERVIÇOS

O Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNSF) convocou uma paralisação dos farmacêuticos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), como forma de luta pela valorização da profissão e atualização salarial. A greve teve início a 22 de junho, abrangendo todo o território nacional e ilhas. Prosseguiu nos dias 27 de junho, nos distritos de Beja, Évora, Faro, e Funchal, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre, Santarém e Setúbal, e no dia 29 de junho, em Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

O Sindicato lamenta a ausência de acordo nas negociações com a tutela, que se prologaram por oito meses, desde a primeira greve concretizada pelos farmacêuticos do SNS, no último trimestre do ano passado. Conforme explicou o presidente do SNF, Henrique Reguengo, as negociações com o Ministério da Saúde “não trouxeram solução que resolvessem o problema em que vivem os farmacêuticos do SNS, muito pelo contrário. As reuniões que se realizaram foram uma autêntica desilusão, tendo ficado visível que não havia qualquer vontade política para resolver a nossa situação, que se arrasta desde o século passado (desde 1999 que a nossa tabela salarial não é revista), o que origina constrangimentos terríveis nos hospitais, onde os quadros são insuficientes e onde os farmacêuticos continuam a bater com a porta por falta de condições”, alertou o dirigente sindical.

ao envolvimento e participação destes jovens farmacêuticos em ações de apoio e esclarecimento a todos os colegas que equacionam a especialização através da Residência Farmacêutica, mas também na identificação de pontos de melhoria no processo.

NOVO PROJETO FORMATIVO PARA CANDIDATOS À RESIDÊNCIA FARMACÊUTICA

A Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos desenvolveu um novo projeto formativo denominado API - Academia da Prova de Ingresso, para preparar os farmacêuticos a Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica (PIRF). A primeira edição deste programa formativo contou com a participação de uma centena de farmacêuticos.

A PIRF é uma prova de âmbito nacional, realizada anualmente, sob gestão e coordenação da Administração Central do Sistema de Saúde que visa o acesso à programa da Residência Farmacêutica no Serviço

Nacional de Saúde (SNS) nas áreas de exercício profissional das Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Genética Humana. A prova avalia os conhecimentos técnico-científicos e a capacidade de raciocínio técnico dos candidatos.

A API - Academia da Prova de Ingresso surge da necessidade de apoiar os candidatos à PIRF, através do suporte ao estudo das matérias avaliadas. O método pedagógico está assente num programa modular, dando acesso a conteúdos exclusivos e especialmente criados para a prova.

16 Módulos

64 Horas

Banco de Perguntas

API ACADEMIA DA PROVA DE INGRESSO

Do estudo ao sucesso

Farmacêuticos em hospitais de referência

Bastonário visitou Serviços Farmacêuticos e de Patologia Clínica do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira e do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra.

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) visitou o Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira (CHUCB) e o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC), para contactar com as equipas de farmacêuticos que integram os respetivos Serviços Farmacêuticos e de Patologia Clínica.

A visita ao CHUCB ocorreu antes da cerimónia nacional de receção aos primeiros farmacêuticos residentes, no dia 7 de janeiro. O CHUCB tem atualmente onze farmacêuticos integrados na Carreira Farmacêutica do Serviço Nacional de Saúde e três novos farmacêuticos residentes. As equipas dos Serviços Farmacêuticos e do Serviço de Patologia Clínica integram ainda profissionais inseridos noutras carreiras especiais, como médicos, biólogos, assistentes operacionais, técnicos auxiliares, entre outros. O bastonário percorreu as instalações dos Serviços Farmacêuticos, conduzido pela sua diretora, Olímpia Fonseca, que esteve também acompanhada pelo presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da OF, João Ribeiro. Ao longo deste percurso, foram sendo apresentadas as responsabilidades, valências e serviços desenvolvidos na farmácia hospitalar, com particular destaque para a preparação de citotóxicos, para a dispensa em ambulatório e para as atividades de farmácia clínica, entre outras. O dirigente da OF esteve também à conversa com a equipa de colaboradores dos Serviços Farmacêuticos, tendo sublinhado a relevância das suas funções para a segurança e para a qualidade dos cuidados prestados no CHUCB.



O bastonário visitou ainda o Serviço de Patologia Clínica, realçando neste âmbito as qualificações dos farmacêuticos no ramo laboratorial e o seu relevante contributo para o diagnóstico e apoio à decisão clínica.

Cerca de um mês depois, o representante dos farmacêuticos foi também conhecer o trabalho desenvolvido nos Serviços de Farmácia e de Patologia Clínica do CHUC. À chegada ao polo dos Hospitais da Universidade de Coimbra, o bastonário foi recebido pelo conselho de administração, presidido por Carlos Santos. O CHUC é um dos maiores empregadores nacionais de mão-de-obra farmacêutica. Com mais de 50 colaboradores farmacêuticos nos quadros do hospital, ambos os Serviços de Farmácia Hospitalar e de Patologia Clínica têm idoneidade para a formação de farmacêuticos residentes. “O CHUC é um hospital de referência também nos serviços farmacêuticos”, disse o bastonário na reunião que juntou a administração e os responsáveis do Serviço de Farmácia Hospitalar. Helder Mota Filipe sensibilizou o conselho de administração para as três áreas de intervenção farmacêutica a nível hospitalar, sublinhando a convergência com médicos e outros profissionais de saúde nas áreas das Análises Clínicas e da Genética Humana. O bastonário agradeceu a oportunidade concedida pelo CHUC para formação de farmacêuticos residentes: três em Farmácia Hospitalar, um em Análises Clínicas e outro em Genética Humana. “A profissão precisa de

bandeiras, de referências positivas e a formação de farmacêuticos residentes no CHUC pode ser um desses grandes exemplos”, espera o bastonário.

A visita às instalações da Farmácia Hospitalar e do Serviço de Patologia Clínica foi conduzida pela vogal do conselho de administração, Célia Cravo, e pelos respetivos diretores, José Feio, na Farmácia Hospitalar, e Fernando Rodrigues, na Patologia Clínica. O responsável da Farmácia Hospitalar apresentou alguns indicadores das diferentes atividades desenvolvidas no serviço, responsável pela gestão de um orçamento de cerca de 178 milhões euros em medicamentos.

O serviço foi alvo de reorganização no final de 2021 e integra hoje mais de meia centena de farmacêuticos, num total de quase 150 colaboradores. Entre as suas principais atividades, estão a preparação da medicação para cerca de 3.200 utentes por dia, a realização de quase 600 consultas farmacêutica por dia, a dispensa em proximidade, que abrange 5.500 doentes e mais de 1.100 farmácias comunitárias, os ensaios clínicos, entre outros contributos para a sustentabilidade económico-financeira, como a implementação de uma política de biossimilares, para o VIH/sida ou para as infeções intra-vitreas.

Em ambas as visitas, o bastonário contactou com os jovens farmacêuticos residentes, analisando o percurso formativo que vão realizar ao longo dos próximos quatro anos, bem como as suas principais motivações e expectativas.



Impulso à dispensa em proximidade

Governo prepara regulamentação do regime dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, prevista no Orçamento de Estado para 2023. OF elaborou norma profissional para definição dos requisitos do novo serviço farmacêutico.

O Governo aprovou, na generalidade, o decreto-lei que estabelece o “regime de dispensa em proximidade de medicamentos e outros produtos prescritos para ambulatório hospitalar, no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”. De acordo com o comunicado do Conselho de Ministro, o regime de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade visa “o acesso do utente aos medicamentos em locais mais próximos da sua residência, como alternativa à sua dispensa presencial nos Serviços Farmacêuticos Hospitalares da unidade hospitalar responsável pelo acompanhamento do utente”. O diploma prevê também “a possibilidade de adaptação deste regime a necessidades específicas de acesso a medicamentos de uso exclusivo hospitalar que sejam identificadas ao abrigo de programas de saúde prioritários do Plano Nacional de Saúde”.

A implementação da dispensa de

medicamentos hospitalares em proximidade está prevista no Orçamento de Estado para este ano. A Ordem dos Farmacêuticos (OF), através dos Conselhos dos Colégios de Especialidade de Farmácia Comunitária e Farmácia Hospitalar, elaborou uma proposta de norma profissional para prestação deste novo serviço farmacêutico, que foi colocada em Consulta Pública e enviada às autoridades, parceiros e representantes dos doentes para receção de contributos e comentários.

A proposta de Norma Geral proposta pela OF aplica-se ao serviço de dispensa em proximidade em todas as Unidades de Saúde de Proximidade, onde se incluem as Unidades de Cuidados de Saúde Primários, Hospitalares e Farmácias Comunitárias. De acordo com esta proposta, a dispensa deve ser sempre realizada sob supervisão de um farmacêutico, preferencialmente especialista, com formação e conhecimentos atualizados sobre o processo de dispensa em

proximidade, nomeadamente sobre as classes terapêuticas integradas, farmacoterapia e farmacovigilância.

Os farmacêuticos responsáveis pela prestação do serviço devem ter acesso a dados clínicos relevantes, registar a dispensa e outras intervenções junto dos utentes. O serviço deve estar suportado num sistema de informação e monitorização que garanta a integração, a interoperabilidade, a comunicação bidirecional e a articulação entre os vários níveis de cuidados e profissionais envolvidos nos cuidados ao utente.

A dispensa em proximidade estará igualmente suportada em protocolos de intervenção profissional para cada patologia e/ou terapêutica incluída no serviço. A norma refere ainda que a elegibilidade dos utentes para integração no programa está condicionada a uma situação clínica e terapêutica estabilizada, confirmada pelo médico assistente, compromisso com a adesão à terapêutica e cuidados de saúde hospi-

O EXEMPLO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS NO REINO UNIDO

Uma comitiva da Ordem dos Farmacêuticos (OF) liderada pelo bastonário e pelo presidente da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF viajou até Londres, para uma ronda de reuniões com vários organismos e entidades com ação no setor farmacêutico britânico. O principal objetivo desta deslocação passou por conhecer melhor os vários serviços farmacêuticos desenvolvidos nas farmácias comunitárias do Reino Unido, desde o método de implementação à diferenciação na prestação destes serviços entre as várias farmácias. Foi ainda promovido pela OF um encontro que juntou cerca de 30 farmacêuticos residentes na capital inglesa. Os dirigentes da OF visitaram a Royal Pharmaceutical Society, associação responsável pela promoção do papel

das farmácias na linha da frente do sistema de saúde e pelo apoio ao desenvolvimento da profissão farmacêutica, seguindo-se um encontro com o Pharmaceutical Services Negotiating Committee, organização focada na implementação e gestão de serviços farmacêuticos prestados em farmácias comunitárias, e terminando o dia no General Pharmaceutical Council, entidade reguladora da profissão farmacêutica e das farmácias comunitárias no Reino Unido.

Os Protocolos de Situações Clínicas Ligeiras, Revisão da Medicação e Consulta Farmacêutica foram alguns dos serviços farmacêuticos que a OF teve a oportunidade de conhecer melhor através do contacto com estas entidades, ficando também a par dos métodos de implementação, regulação, avaliação e



formação necessários para cada um. A viagem terminou com a realização de um mais “Get Together”, uma iniciativa da OF para contacto com farmacêuticos portugueses residentes no estrangeiro, decorrido no Sandeman Quarter - Bar 1790 num ambiente descontraído e informal.



talares, nomeadamente comparência às consultas médicas e farmacêuticas agendadas.

O processo é conduzido pela Farmácia Hospitalar, em coordenação com os farmacêuticos das Unidades de Saúde de Proximidade selecionadas pelos

utentes, de forma a agilizar o processo de transferência de prescrições, nomeadamente a informação sobre o esquema terapêutico completo e posologia e guias de tratamento.

A regulamentação do serviço de dispensa de medicamentos de uso

exclusivo hospitalar em regime de proximidade está prevista no Orçamento de Estado para o corrente ano. A OF assumiu o compromisso de desenvolver novos referenciais técnicos para a implementação do serviço em unidades de saúde de proximidade.

ORDEM ATENTA AOS MODELOS DE ENTREGA DE MEDICAMENTOS

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) solicitou a intervenção do Infarmed na regulação e fiscalização dos serviços de dispensa e entrega de medicamentos através das plataformas digitais. A pandemia de Covid-19 impulsionou a utilização de novos operadores e plataformas digitais com serviços de distribuição. Contudo, a entrega de medicamentos ao domicílio e através da Internet deve ser sempre assegurada pelas farmácias ou parafarmácias e cumprir as boas práticas de distribuição.

A OF apresentou algumas reservas sobre as práticas comerciais que permitem o acesso à distância a medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde sem cumprimento da legislação vigente, nem das normas profissionais que orientam a dispensa, distribuição e entrega de medicamentos ao domicílio. Nestes termos, a OF questionou o Infarmed sobre as condições mínimas obrigatórias que garantem a segurança dos utentes e a qualidade dos medicamentos e produtos de saúde entregues por novos intermediários,

seja no domicílio, em cacifos públicos ou através de outros pontos de entrega. Os diplomas que regulam a dispensa e entrega de medicamentos ao público (Decreto-Lei n.º 300/2007 e Portaria n.º 1427/2007) não acompanharam o desenvolvimento destes novos modelos de distribuição e entrega de medicamentos através das plataformas digitais. Não pode ser colocada em causa a segurança do utente e a qualidade dos medicamentos entregues aos cidadãos.

A OMS estima que metade dos doentes não usam corretamente os seus medicamentos, gerando gastos, morbilidade e mortalidade absolutamente evitáveis. Por outro lado, a intervenção farmacêutica na dispensa medicamentos diminuiu a ocorrência de reações adversas e outros problemas relacionados à utilização de medicamentos e previne a automedicação inadequada com Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica e outros produtos de saúde.



Ordem ouviu perspectivas dos utentes sobre novos serviços farmacêuticos

OF reuniu farmacêuticos e demais profissionais de saúde com representantes das associações de doentes e cuidadores e outras organizações da sociedade civil para debater prestação de novos serviços farmacêuticos à população.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) tem vindo trabalhar em novas normas de intervenção profissional, com o objetivo de estabelecer boas práticas para a prestação de novos serviços farmacêuticos à comunidade, diferenciados e sustentáveis, como são os casos da dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade ou a renovação da terapêutica crónica, ambos previstos na Lei do Orçamento de Estado (OE) para 2023. Os novos referenciais e regulamentos internos estiveram em Consulta Pública, reunindo comentários e sugestões de inúmeras entidades e cidadãos, que têm assim permitido adequar e orientar a sua intervenção de acordo com as reais necessidades dos doentes e dos seus cuidadores.

O resultado deste trabalho esteve em debate no Encontro "Proximidade entre Farmacêutico e Cidadão", realizado no dia 20 de junho, no auditório dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa (CML). A abertura do evento esteve a cargo do bastonário da OF,



Objetivos:

- 1. Nova estratégia que sirva as necessidades reais da sociedade**
- 2. Desenvolvimento de normas técnicas profissionais**
- 3. Acesso a informação clínica relevante e comunicação entre profissionais de saúde**
- 4. Serviços de proximidade diferenciados e sustentáveis**
- 5. Maior envolvimento dos farmacêuticos dos setores privado e social no SNS**

Helder Mota Filipe, do diretor clínico dos Serviços Sociais da CML, Rui Julião, na qualidade de anfitrião desta iniciativa da OF, e dos presidentes dos Conselhos dos Colégios de Especialidade de Farmácia Comunitária e de Farmácia Hospitalar, Carolina Mosca e João Ribeiro, respetivamente.

Os dirigentes da OF realçaram a importância deste encontro para auscultação dos destinatários dos serviços farmacêuticos. "Foi um objetivo que definimos para o presente mandato: estabelecer novas pontes de diálogo e colaboração com os utentes dos serviços de saúde, com os seus representantes. Para encontrarmos as melhores soluções, aquelas que respondem verdadeiramente às suas necessidades. Para alargar a oferta de cuidados e serviços farmacêuticos de proximidade a toda a população e implementar estes novos serviços farmacêuticos com o rigor e a segurança que um serviço de saúde justifica", destacou o bastonário. Helder Mota Filipe lembrou os vários



projetos-piloto desenvolvidos para garantir a proximidade na dispensa de medicamentos hospitalares (TARV I e II, FarmaCare, Operação Luz Verde). "Todos mostraram as suas vantagens e potencialidades. Tanto assim é, que foram os próprios utentes que exerceram pressão sobre as unidades de saúde e sobre os nossos decisores para a sua definitiva implementação", acrescentou o bastonário.

O Governo e o Ministério da Saúde integraram a medida no OE e a OF deu o mote para a sua implementação "Os Colégios de Especialidade de Farmácia Comunitária e Farmácia Hospitalar consensualizaram uma Norma Profissional que estabelece os requisitos mínimos para a prestação deste serviço. A Direção Nacional aprovou essa versão e colocou em Consulta Pública. Recebemos inúmeros comentários de várias entidades e farmacêuticos a título individual, entre as quais de organizações e associação de doentes aqui representadas", disse ainda.

No caso particular do serviço de renovação da terapêutica crónica, o bastonário lembrou o seu carácter excepcional durante a pandemia de COVID-19, mas que se revelou de enorme



“Foi um objetivo que definimos para o presente mandato: estabelecer novas pontes de diálogo e colaboração com os utentes dos serviços de saúde, com os seus representantes. Para encontrarmos as melhores soluções, aquelas que respondem verdadeiramente às suas necessidades. Para alargar a oferta de cuidados e serviços farmacêuticos de proximidade a toda a população e implementar estes novos serviços farmacêuticos com o rigor e a segurança que um serviço de saúde justifica”

importância para muitos utentes, com as situações clínicas estabilizadas. "Há também aqui um histórico de trabalho conjunto com a Ordem dos Médicos (OM), entre os respetivos Colégios de Especialidade. A OM tem novos corpos sociais, com os quais iniciamos recentemente contactos institucionais. Há o compromisso dos seus dirigentes de prosseguir este trabalho, de identificar áreas terapêuticas, protocolos de intervenção para a renovação da medicação por farmacêuticos", esclareceu o bastonário, lembrando que este trabalho dará também o mote para se avançar com novos protocolos de intervenção em situações clínicas ligeiras. Não obstante, acentuou o bastonário, há um fator determinante para o sucesso e segurança destes novos serviços: o

acesso e partilha de informação nas plataformas de dados de saúde. "Já acontece com a prescrição eletrónica, com o registo de vacinação. Não há razões técnicas para não generalizar o acesso a dados e informação que é propriedade dos utentes, que se assim quiserem podem autorizar acesso por outros profissionais que prestam assistência", reivindica o representante dos farmacêuticos.

O programa do encontro potenciou o debate e apresentação de testemunho de serviços farmacêuticos que são valorizados pelos utentes, como exemplificaram a presidente da Associação Síndrome de Prader Willi, Sofia Paulo, e o farmacêutico Comunitário Pedro Mota Capitão, diretor técnico da Farmácia Mota Capitão, em Carnaxide,





Oeiras, numa sessão moderada pelo diretor do Serviço de Farmácia Hospitalar do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, José Feio.

O secretário-geral da OF, Ricardo Santos, apresentou, em seguida, o

trabalho desenvolvido pela OF para implementação de novos serviços farmacêuticos, explicando também toda a orgânica e funcionamento da instituição que representa os farmacêuticos portugueses, bem como os

diferentes níveis e áreas de intervenção da profissão. Seguiu-se uma Mesa Redonda moderada pela jornalista Marina Caldas, com a presença do presidente da RD Portugal - União das Associações das Doenças Raras de Portugal, Paulo Gonçalves, da presidente da Associação Nacional das Farmácias, Ema Paulino, do diretor dos Serviços Farmacêuticos do Hospital Garcia de Orta, Armando Alcobia, do presidente do Conselho de Farmacologia Clínica da Ordem dos Médicos, João Parracho Costa, e a participação remota da presidente da Associação Nacional de Cuidadores Informais, Liliana Gonçalves.

O encerramento esteve a cargo da presidente da Plataforma Saúde em Diálogo, Rosário Zincke, que elogiou a iniciativa da OF ouvir e dialogar com os representantes dos doentes, contribuindo assim para melhoria das respostas em saúde. Com este encontro, a OF registou preocupações e oportunidades para o desenvolvimento de novas ações e serviços que são valorizadas pelos utentes e que ajudem a resolver problemas concretos do seu quotidiano, promovendo uma verdadeira integração e articulação entre setores público, privado e social e diferentes níveis de prestação de cuidados.

Aproximação às associações de doentes

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) esteve reunida com a Associação SERaro – Associação das Síndromes Excepcionalmente Raras de Portugal, presidida pela farmacêutica Ana Rute Sabino. Esta reunião reforça a estratégia de aproximação da OF às associações de doentes em que procura conhecer as principais iniciativas e prioridades de cada uma destas associações. Na ótica da OF, a prestação de serviços farmacêuticos ao cidadão e a qualidade dos mesmos está interligada com a diferenciação profissional que se exige aos farmacêuticos, que só faz sentido se corresponder às necessidades e às exigências dos doentes.

A SERaro tem como objetivo melhorar as condições de vida dos portadores de doenças excepcionalmente raras e pessoas que aguardam confirmação de

diagnóstico, assim como das pessoas que com elas convivem, e surge da então necessidade de colmatar um fosso representacional de doentes na Sociedade portuguesa. Nesta reunião, a SERaro apresentou à OF o seu âmbito de ação, os projetos desenvolvidos e as suas grandes prioridades.

Por sua vez, a OF demonstrou o trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da elaboração de normas e boas práticas profissionais, designadamente as que se referem à dispensa em proximidade de medicamentos hospitalares e à revisão da terapêutica, e em termos da diferenciação profissional, como é o caso da competência em oncologia. A OF reiterou ainda como requisito fundamental para a prestação destes serviços a questão do acesso a dados



clínicos relevantes e da comunicação entre instituições.

As duas instituições mostraram a intenção de trabalhar em conjunto em matérias que se relacionem com doenças raras e medicamentos órfãos, através do desenvolvimento de iniciativas conjuntas que permitam capacitar os farmacêuticos para esta área específica, em função das necessidades dos doentes.

Nova competência em análise com doentes oncológicos

A implementação da Competência Farmacêutica em Oncologia é uma prioridade para a Ordem dos Farmacêuticos (OF) e uma mais-valia para os doentes oncológicos. A proposta de nova competência foi apresentada à Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), que destacou as suas componentes clínicas e orientação para o doente oncológico. O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, esteve reunido com o presidente da LPCC, Francisco Ferreira, para apresentar a proposta de nova Competência Farmacêutica em

Oncologia desenvolvida pela OF, que será brevemente colocada em Consulta Pública para recolha de comentários e contributos. O dirigente da OF reforçou o objetivo da instituição assegurar a atualização contínua dos conhecimentos dos seus membros numa área terapêutica em constante inovação. Helder Mota Filipe justificou também a criação da nova competência com o início da prestação de serviços farmacêuticos de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade. A Competência Farmacêutica em Oncologia visa reconhecer a capacidade

do farmacêutico para desempenhar um conjunto de atividades destinadas a otimizar os resultados em saúde no doente oncológico, independentemente do nível de cuidados. Estas atividades devem envolver um conhecimento aprofundado na área oncológica, adquirido com base num conjunto de conhecimentos teóricos e de experiência profissional nas áreas da prevenção, farmacologia, farmacoterapia, terapêutica individualizada, monitorização da terapêutica, gestão de risco ou cuidados farmacêuticos.

Colaboração sobre doenças raras

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) e a RD-Portugal, União das Associações de Doenças Raras em Portugal estabeleceram uma parceria para reforçar a informação e capacitação dos farmacêuticos em torno das doenças raras. Ao abrigo deste acordo, a OF desenvolveu um questionário para avaliar conhecimentos, necessidades formativas e de intervenção profissional

no domínio das doenças raras. Os resultados vão permitir idealizar e estruturar uma nova oferta formativa, que englobe conhecimentos essenciais em aspetos como a referenciação, tratamento e gestão de várias doenças raras. Esta parceria prevê ainda a divulgação de informações dirigidas a farmacêuticos sobre a RD-Portugal, bem como sobre

a oferta formativa já disponível a nível internacional sobre doenças raras. As duas organizações vão desenvolver uma formação estruturada para aquisição de conhecimentos essenciais sobre como identificar e tratar várias doenças raras, apoiando os farmacêuticos na sua importante tarefa de educação da população e referenciação dos utentes.

Colaboração sobre doenças raras

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, e o presidente da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP), José Manuel Boavida, estiveram reunidos esta segunda-feira, 20 de março, na sede provisória da OF, em Lisboa. Os farmacêuticos têm desenvolvido serviços que respondem a necessidades concretas das pessoas que vivem com diabetes, como a preparação individualizada da medicação e a renovação da terapêutica, que se antevê para este ano. A APDD manifestou também preocupações com a falta de uma resposta nacional para o problema dos resíduos gerados no tratamento e monitorização da doença. O encontro entre os dois responsáveis permitiu a partilha de informações sobre as prioridades estratégicas das



duas organizações e das comunidades que representam. O bastonário apresentou o trabalho em curso na OF para desenvolvimento de novos referenciais profissionais sobre a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e sobre a renovação da terapêutica a doentes crónicos. O dirigente da OF destacou o histórico de colaboração entre os

membros das duas organizações, numa relação de confiança e proximidade que foi sendo cultivada ao longo dos anos. Os farmacêuticos comunitários disponibilizam hoje serviços essenciais para muitas pessoas que vivem com diabetes, desde o diagnóstico e referenciação ao tratamento e monitorização da doença. José Manuel Boavida salientou também a importância do apoio prestado pelos farmacêuticos comunitários a muitos utentes portadores da doença. O presidente da APDP revelou ainda que a sustentabilidade ambiental está entre as prioridades da instituição, lamentando que o país não disponha ainda de uma solução global para recolha dos resíduos gerados no tratamento e monitorização da doença.

Qualificação e diferenciação para prestação de novos serviços nas farmácias

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) defende a diferenciação profissional dos farmacêuticos e o desenvolvimento de novos serviços farmacêuticos nas farmácias comunitárias, dois princípios que partilhou com os participantes no 14.º Congresso das Farmácias, que se realizou entre 9 e 11 de fevereiro, no Centro de Congressos de Lisboa, em paralelo com a Expofarma 2023. “O país deve ter consciência do elevado potencial não explorado nas cerca de 3.000 farmácias homogeneamente distribuídas pelo território nacional, onde prestam serviço 12 mil farmacêuticos, concretizando uma cobertura geográfica de profissionais de saúde altamente diferenciados e motivados para desenvolver mais e melhores serviços em prol das comunidades que cuidam”.

A intervenção do representante dos farmacêuticos portugueses ocorreu durante a Sessão de Abertura do evento, na presença da presidente da Associação Nacional das Farmácias (ANF), Ema Paulino, e do ministro da Saúde, Manuel Pizarro. O bastonário agradeceu “o empenho, a competência, o profissionalismo e a abnegação” dos farmacêuticos, particularmente, ao longo dos últimos três anos, garantindo “o acesso à terapêutica a todos [...] que dela necessitavam”.

“Quero sublinhar o papel fundamental desempenhado pelos farmacêuticos comunitários que, correndo riscos iguais ou superiores a outros profissionais, se mantiveram na linha da frente e evitaram a disrupção na assistência medicamentosa e farmacêutica, prestando um serviço incensurável à sociedade portuguesa. Não posso também ignorar a contribuição dada na cobertura da testagem COVID-19”, realçou o bastonário. Para o representante dos farmacêuticos, o acesso às inovações terapêuticas, financiamento e sustentabilidade dos sistemas de saúde, em particular do Serviço Nacional de Saúde (SNS), são desafios transversais a toda a sociedade. “Conciliar o acesso à inovação com a sustentabilidade do sistema é, portanto, um dos principais desafios



que enfrentamos e ao qual temos de saber responder, de forma justa, equilibrada e equitativa”, considera.

Helder Mota Filipe admitiu a preocupação com o aumento das ruturas de medicamentos nas farmácias e hospitais, “uma realidade preocupante a nível internacional”. Lembrou os resultados de um inquérito realizado pelo Grupo Farmacêutico da União Europeia, segundo os quais a resolução de problemas associados às ruturas consome, em média, quase seis horas de trabalho farmacêutico por semana. No entanto, elogiou a medida do Governo de aumentar o preço dos medicamentos mais baratos, diminuindo assim o risco de retirada de medicamentos do mercado por inviabilidade financeira. Do mesmo modo, referiu também “o aumento de apresentações sujeitas a controlo pelo Infarmed quando o fim é a chamada exportação paralela”, destacando “a importância de continuar a monitorizar o impacto destas medidas”.

O bastonário reiterou ainda a posição da OF sobre a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e a renovação da terapêutica crónica, duas medidas inscritas no Orçamento do Estado, lembrando a necessidade de assegurar as condições técnicas e opondo-se a uma intervenção automática ou acrítica do farmacêutico. “A OF está a elaborar as normas profissionais que estabelecem os requisitos técnicos para o desenvolvimento dos referidos serviços, com o envolvimento dos Colégios de Especialidade de Farmácia Comunitária e de Farmácia Hospitalar. Contamos terminar esse trabalho nas próximas semanas”, revelou o bastonário.

Outros serviços encontram-se já disponíveis nas farmácias para muitos portugueses, como são os casos da preparação individualizada da medicação, revisão da medicação ou a intervenção em situações clínicas ligeiras. Devem, contudo, “estar devidamente padronizados e protocolados,



garantindo a qualidade e os resultados em saúde”, considera o responsável da OF, que traça ainda duas condições essenciais para o seu desenvolvimento: “o acesso aos dados clínicos relevantes e a comunicação entre profissionais de saúde dos vários níveis de cuidados de saúde”.

No domínio da qualificação, o bastonário relevou a intervenção da OF na dinamização do sistema de desenvolvimento profissional contínuo, “numa época em que a atualização contínua faz ainda mais sentido graças à aceleração do conhecimento na nossa área”. Neste contexto, lembrou as responsabilidades dos profissionais, mas também dos empregadores na qualificação das suas equipas. “Queremos reconhecer o papel do farmacêutico especialista em Farmácia Comunitária, capacitado para a prestação de serviços diferenciados, com um percurso e uma carreira profissional mais estimulante e apelativa”.

O bastonário considera oportuno associar o desenvolvimento de serviços diferenciados ao desenvolvimento de competências específicas, formalmente reconhecidas pela Ordem. “Todos, mas especialmente as farmácias e os seus diretores técnicos, devemos aproveitar esta nova realidade para diferenciar e especializar o seu quadro de farmacêuticos”, disse o bastonário, lembrando o início da próxima época de candidaturas ao título de especialista em Farmácia Comunitária, a 17 de março, e o lançamento para breve de duas novas Competências Farmacêuticas: em Oncologia e em Investigação Clínica.

As farmácias comunitárias portuguesas têm atualmente um quadro de pessoal maioritariamente composto por farmacêuticos – média de quase quatro farmacêuticos por farmácia e uma elevada percentagem de profissionais (cerca de 40%) abaixo dos 35 anos. “É um potencial imenso que só por

irresponsabilidade ou incompetência pode ser aproveitado”, alerta.

Helder Mota Filipe lembra que “a sustentabilidade, a viabilidade económica e a boa gestão das farmácias são condições essenciais para um exercício profissional de qualidade, para uma remuneração justa dos seus profissionais e, conseqüentemente, para a qualidade dos serviços aí prestados”. O bastonário recorda que os doentes devem ter acesso a cuidados farmacêuticos, na farmácia, no domicílio ou em estruturas residenciais. “Os nossos utentes exigem e merecem proximidade, serviços diferenciados e com qualidade. Temos de ultrapassar a existência do clássico balcão”, considera o dirigente da OF. “Os utentes têm de saber identificar os farmacêuticos e conhecer melhor o perfil técnico, científico e profissional. Só assim poderão ajustar as suas exigências e expectativas”, concluiu.

OF e AFP analisam atividade nas farmácias comunitárias



A atividade dos farmacêuticos nas farmácias comunitárias está em permanente evolução, como resultado do progresso científico e tecnológico e dos desenvolvimentos políticos e legislativos, que alargam a sua intervenção a novos domínios. Em reunião realizada na Ordem dos Farmacêuticos (OF), o bastonário e a presidente da Associação de Farmácias de Portugal (AFP), Isabel Cortez, partilharam perspetivas sobre o desenvolvimento de novos serviços farmacêuticos, como a dispensa em proximidade de medicamentos hospitalares ou a renovação da terapêutica a doentes crónicos.

Helder Mota Filipe descreveu as iniciativas em curso na OF para desenvolver o acesso dos farmacêuticos em atividades assistenciais às plataformas de dados em saúde, condição que considera essencial para a prestação de serviços farmacêuticos segundo os mais rigorosos critérios de qualidade e segurança.

Os dirigentes da OF e da AFP analisaram também a conjuntura atual de escassez e ruturas de alguns medicamentos, situação que se tem vindo a agudizar com o prolongamento do conflito na Ucrânia, com a crise energética e com o regime de formação de preços em vigor no nosso país.

Portugueses gastaram mais de 80 euros em medicamentos nas farmácias

Ano	SNS			Utentes		
	Encargos	Varição (€)	Varição (%)	Encargos	Varição (€)	Varição (%)
2022	1567,6 M€	137,3 M€	9,6%	816,8 M€	56 M€	7,4%
2021	1430,3 M€	70,9 M€	5,2%	760,9 M€	31,1 M€	4,3%
2020	1359,4 M€	32,1 M€	2,4%	729,7 M€	-3,3	-0,5%
2019	1327,2 M€	72,3 M€	5,8%	733,0 M€	22,0 M€	3,1%
2018	1255 M€	45,1 M€	3,4%	711,0 M€	11,4 M€	1,6%
2017	1213,5 M€	23,7 M€	2,0%	699,3 M€	2,0 M€	0,3%
2016	1 189,8	7,6 M€	0,6%	697,3 M€	12,5 M€	-1,8%

O Infarmed divulgou os dados relativos ao consumo de medicamentos em ambulatório durante o ano de 2022. O relatório revela um significativo crescimento dos encargos dos utentes e do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com esta tecnologia de saúde. O mercado de medicamentos comercializados nas farmácias comunitárias totalizou 2.384,4 milhões de euros, com aumentos 9,6% da despesa para o SNS e de 7,4% para os utentes.

A despesa do SNS com medicamentos cresceu quase 10% em 2022, um valor justificado com o número de embalagens dispensadas (+7,4%) e com a despesa em algumas classes terapêuticas, como é o caso dos antidiabéticos, onde se registou um aumento superior a 20%. Entre as áreas terapêuticas com maior crescimento de encargos estão também os antilipídicos (+16,2%), por oposição aos antipsicóticos, que registaram um decréscimo da despesa na ordem dos 12%.

Os encargos dos utentes com medicamentos também aumentaram significativamente, ascendendo agora aos 816,8 milhões, ou seja, uma despesa média de 82,80 euros por cidadão. O custo médio por embalagem foi de 13,23 euros, mais 1,3% do que no ano anterior, mas o encargo médio dos utentes por embalagem mantém-se inalterado desde 2020, com 4,53 euros por unidade.

No total, foram comercializadas mais de 180 milhões de embalagens de medicamentos, mais 12,5 milhões do que no ano anterior, pese embora o número de consultas no SNS tenha diminuído 2,9%, ou seja, menos 1,4 milhões de consultas. Quase metade das unidades de medicamentos dispensadas corresponderam a medicamentos genéricos, cuja quota de mercado atingiu os 49,3%. A utilização de biossimilares também registou um crescimento nas três substâncias ativas mais utilizadas: folitropina (+5,5%), insulina glargina (1,3%) e enoxaparina sódica (12,7%).

CNECV recomenda uniformização de procedimentos para utilização off-label de medicamentos

O Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNEC) pronunciou-se sobre a utilização off-label de medicamentos, realçando a “manifesta heterogeneidade de procedimentos”, que devem ser uniformes em todas as unidades de saúde e na prática médica. As Ordens dos Médicos e Farmacêuticos devem também assumir um papel mais ativo, pronunciando-se e emitindo recomendações, nos planos técnico-científico, deontológico e ético.

O parecer agora divulgado recomenda que a sua utilização seja restrita a situações em que não existam medicamentos com autorização de introdução no mercado para a situação clínica do doente. Por essa razão, o uso deve estar suportado em provas científicas credíveis, que permitam perspetivar resultados terapêuticos com uma relação benefício-risco favorável para o doente. A utilização

deve ser custo-efetiva e acompanhada por uma farmacovigilância ativa.

Na análise realizada pelo CNECV distinguem-se três situações distintas: o uso off-label de um medicamento apoiado em prova clínica reconhecida, que se encontra plenamente instituído na prática clínica, pelo que a sua utilização e os protocolos terapêuticos que a prevejam devem ser objeto de procedimentos de aprovação simplificados; o uso off-label pontual, num doente específico, de medicamentos presentes no mercado há vários anos, impõe a avaliação prévia caso a caso, tendo em conta a prova científica disponível e a condição clínica do doente; o mesmo acontece no uso off-label de medicamentos inovadores no tratamento de doentes específicos, acrescendo nestes casos a análise sobre o seu valor terapêutico acrescentado e perfil de custo-efetividade.

Nestes termos, o CNECV recomenda

um papel mais ativo para a Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, que se deve pronunciar sobre as diferentes utilizações off-label praticadas diariamente em Portugal, não somente a nível hospitalar, como também em ambulatório, sem prejuízo do importante papel já desempenhado pelas comissões de farmácia e terapêutica e pelas comissões de ética dos hospitais.

No ambulatório, a avaliação deve ser assumida pelas comissões de farmácia e terapêutica e as comissões de ética das Administrações Regionais de Saúde, em condições equiparáveis ao contexto hospitalar.

O parecer do CNECV termina com a recomendação de criação de uma plataforma eletrónica dedicada ao uso off-label de medicamentos, em que sejam registados os seus usos, bem como os respetivos efeitos positivos e negativos.

Novos relatórios sobre o consumo de medicamentos nos hospitais

A despesa com medicamentos nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) continua a crescer a dois dígitos. De acordo com os relatórios de monitorização do consumo de medicamentos em ambiente hospitalar referentes ao ano de 2022 e aos primeiros quatro meses de 2023. No ano passado, a despesa com medicamentos nos hospitais SNS cresceu 12,1%, uma tendência que se mantém ao longo dos primeiros meses de 2023, com registo de novo crescimento até ao mês de abril, na ordem dos 13%.

Em 2022, os hospitais do SNS gastaram mais de 1.760 milhões de euros com medicamentos. É um crescimento de 12,1% relativamente ao ano anterior e um acréscimo de mais de 190 milhões de euros, numa tendência que se mantém ao longo dos primeiros quatro meses deste ano. Até ao mês de abril, segundo o Infarmed, os hospitais públicos continuaram a registar crescimentos na despesa com medicamentos, na ordem dos 13%.

Grande parte dos encargos com medicamentos realizados pelos hospitais ocorrem na "Consulta Externa e Produtos Cedidos ao Exterior" (44%) e no "Hospital de Dia" (36%), o que evidencia a importância da dispensa de medicamentos hospitalares em ambulatório e os cuidados prestados em regime de ambulatório, nomeadamente na área da oncologia. A Oncologia representa também a área terapêutica com maior aumento de despesa no ano passado (10%), com o anticorpo monoclonal pembrolizumab a liderar este crescimento (+40%). Na lista de fármacos que representam maiores encargos estão ainda o tafamidis (+105%), para o tratamento da amiloidose (+56%), a combinação lamivudina e doluregravir (+238%) para o tratamento do VIH/sida (10%) e os psicofármacos (+111%).

O relatório do Infarmed detalha ainda o consumo de medicamentos na área das doenças autoimunes, como a artrite reumatóide, psoríase e doença inflamatória intestinal, em que se

registou um aumento da utilização de medicamentos de 23,8%, que se refletiu num aumento da despesa de 12,3%. Os medicamentos órfãos representam também uma fatia crescente no consumo de medicamentos nos hospitais, com crescimento de 34,3% em 2022, representando hoje cerca de 16% da despesa. A quota de utilização de medicamentos biossimilares nos hospitais do SNS está ligeiramente acima dos 70%, embora se tenha registado um decréscimo de 4,6 pp em relação ao ano de 2021.

Ano	Encargo SNS	Varição (€)	Varição (%)
2022	1 762,1	172,0	12,30%
2021	1 571,2	190,9	12,10%
2020	1 345,7	46,5	3,60%
2019	1 299,2	30,4	2,40%
2018	1 207,0	68,0	5,90%
2017	1 139,0	57,0	5,30%
2016	1 082,0	49,0	4,70%

Ordem divulgou soluções para rutura prolongada de insulinas

O laboratório farmacêutico Sanofi reportou ao Infarmed a rutura e subsequente indisponibilidade no mercado de diversas insulinas por ele comercializadas, motivada por problemas de fabrico. O período de indisponibilidade é prolongado, prevendo-se que se inicie em maio e que se estenda até ao final do ano. Deste modo, é necessário assegurar que os utentes tratados com qualquer uma das formulações de insulina afetadas efetuem, de forma atempada, a transição para outra das alternativas terapêuticas existentes no mercado, cuja disponibilidade foi desde já assegurada por parte dos respetivos titulares de autorização de introdução no mercado.

A Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica definiu orientações para este processo, nas quais identifica as alternativas terapêuticas disponíveis e aporta recomendações para que a substituição decorra de forma segura. As formulações que podem ser utilizadas em alternativa à insulina rápida e insulina basal, que se encontram em rutura, não possuem a mesma apresentação, pelo que requerem um dispositivo de administração próprio. Estas alternativas podem possuir a

mesma substância ativa, ou tratar-se de análogos de insulina, que partilham as mesmas indicações terapêuticas, mas possuem um perfil farmacocinético diferente.

No caso da pré-mistura de insulina rápida e insulina basal, além da diferença relacionada com o dispositivo de administração, nenhuma das alternativas possui as mesmas substâncias, na mesma concentração. Assim, o prescriptor poderá optar pelas mesmas substâncias, em diferente proporção, ou por uma associação de análogos de insulina, na mesma ou em diferente proporção.

Os farmacêuticos que acompanhem utentes tratados com qualquer uma

destas formulações devem aconselhar o contacto com o médico o mais precocemente possível, para que a substituição decorra de forma atempada. Devem também instruir os utentes e/ou os seus cuidadores acerca da correta utilização do novo dispositivo de administração, acompanhando o processo de introdução do novo medicamento e esclarecendo eventuais dúvidas relativas à posologia prescrita, ao horário de administração ou a possíveis ajustes à medicação concomitante. Importa ainda reforçar a necessidade de uma rigorosa monitorização da glicemia durante as fases iniciais do processo de substituição.

INTERVENÇÃO FARMACÊUTICA

- Aconselhar contacto com médico para substituição atempada;
- Apoiar os utentes na utilização do novo dispositivo de administração;
- Esclarecer dúvidas sobre dosagens, posologia e eventuais ajustes à medicação concomitante;
- Reforço e rigor na monitorização da glicemia nas fases iniciais do processo de substituição.

Consulte também as Orientações da Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica sobre a Insulina Humana – identificação de alternativas terapêuticas e recomendações para a substituição em caso de indisponibilidade temporária.

Estratégia para as especialidades de Análises Clínicas e de Genética Humana

Reforço da componente técnico-científica e afirmação como áreas estratégicas no domínio da Saúde Pública. São estes os principais eixos de uma nova estratégia da Ordem dos Farmacêuticos (OF) para as especialidades de Análises Clínicas e de Genética Humana, que inclui também a caracterização e identificação do número de farmacêuticos que se considera necessário para o funcionamento adequado da rede de laboratórios e de um serviço à comunidade que se pretende de excelência.



A OF vai reforçar a aposta na diferenciação e qualificação dos farmacêuticos analistas clínicos. A nova estratégia da instituição para um dos ramos profissionais com maior expressão no seio da profissão farmacêutica passa por dinamizar a formação, as competências e as especialidades de Análises Clínicas e de Genética Humana e reforçar a intervenção destes profissionais no domínio da Saúde Pública, agora em absoluta evidência, depois de quase três anos com um papel determinante no combate à pandemia e na prevenção do contágio pelo SARS-CoV-2.

A OF tem constatado uma diminuição sustentada do número de farmacêuticos que exercem nesta área. Hoje, são a quinta área profissional farmacêutica e representam cerca de 10% do número total de farmacêuticos a exercer no nosso país (num universo de 16 mil farmacêuticos ativos em

exercício). Esta realidade afeta também o rejuvenescimento e a renovação geracional dos profissionais, pelo que a OF entendeu oportuno iniciar uma discussão e debate interno sobre as competências dos farmacêuticos destas áreas, tendo em conta os desafios atuais do setor e as necessidades do sistema de saúde. O resultado materializa-se num conjunto de princípios e ações que a OF propõe que sejam desenvolvidas ao longo dos próximos meses e que têm como ponto de partida a caracterização dos farmacêuticos que exercem esta atividade no nosso país, em articulação com as entidades que supervisionam, regulam e representam esta área profissional.

A sólida formação académica de base dos farmacêuticos, tanto nos domínios da farmacologia como das tecnologias de saúde, confere uma vantagem competitiva em relação aos demais profissionais com outras

qualificações que com ele partilham o mesmo espaço laboratorial. Esta diferenciação reveste-se de particular importância para o desenvolvimento e consolidação de novas valências nas análises clínicas, pelo que a OF pretende também promover formações em áreas emergentes, como a biologia molecular, genómica e farmacogenómica, proteómica, medicina personalizada, preditiva e de precisão ou em técnicas para identificar e monitorizar biomarcadores associados a tratamentos com fármacos inovadores ou medicamentos biológicos.

A implementação desta estratégia é uma responsabilidade de todos, a começar pelos farmacêuticos especialistas em análises clínicas e em genética humana. A OF espera envolver ainda as universidades, laboratórios, serviços de análises clínicas, institutos públicos e demais entidades dos setores privado, social e militar, que devem também continuar a apostar numa atividade eminentemente farmacêutica, que fornece informação essencial para as decisões clínicas.

Ao longo dos anos, os farmacêuticos especialistas em análises clínicas têm desenvolvido um trabalho de complementaridade e de parceria com os médicos patologistas clínicos, que se tem revelado de grande importância por contribuir para a promoção e consolidação de um serviço de excelência na área laboratorial. Embora a equiparação entre as duas especialidades esteja consagrada em Lei, verificam-se ainda assimetrias no seu reconhecimento, que justificam a intervenção e o recurso a mecanismos legais que garantam a equidade entre estes profissionais, nomeadamente no acesso e disponibilização de vagas nas respetivas carreiras do Serviço Nacional de Saúde.

Nova proposta para legislação farmacêutica europeia

A Comissão Europeia apresentou um novo pacote legislativo para o setor farmacêutico europeu, que será agora apreciado pelo Conselho e Parlamento Europeu. A proposta da Comissão revê toda a legislação europeia atual, bem como a regulamentação em torno das formulações pediátricas e dos medicamentos órfãos.

A União Europeia vai fortalecer o quadro regulamentar do setor farmacêutico europeu, naquela que será a maior reforma da legislação farmacêutica europeia em mais de 20 anos. A nova diretiva e o novo regulamento europeu visam aumentar a acessibilidade ao medicamento, apoiar a inovação e a competitividade da indústria farmacêutica europeia e introduzir normas ambientais mais rigorosas.

A proposta da Comissão Europeia visa a criação de um mercado único de medicamentos, que garanta a todos os cidadãos europeus o "acesso atempado e equitativo a medicamentos seguros, eficazes e a preços comportáveis". Por outro lado, visa também oferecer um enquadramento atrativo mais favorável à inovação, investigação, desenvolvimento e produção de medicamentos no Europa, promovendo a redução encargos administrativos, a simplificação e aceleração de procedimentos e a redução de prazos para autorização de medicamentos, nomeadamente para medicamentos genéricos e biossimilares.

De acordo com a nota divulgada pela Comissão Europeia, a nova legislação introduz incentivos para as empresas disponibilizarem os seus medicamentos e desenvolverem produtos para responder a necessidades médicas não satisfeitas. A reforma introduz ainda novos requisitos para monitorização da escassez de medicamentos pelas autoridades nacionais e europeias. A Agência Europeia do Medicamento assume um papel central neste domínio, estando prevista a criação de uma lista de medicamentos críticos à escala europeia e supressão de eventuais vulnerabilidades na cadeia de abastecimento, com novas obrigações para as empresas comunicarem a escassez ou retirada do mercado de forma atempada.

A Comissão adotou ainda a recomendação do Conselho para intensificar a luta contra as resistências antimicrobianas e a presença de produtos farmacêuticos no ambiente, através da abordagem "One Health" – Uma Só Saúde.

A comissária europeia da Saúde e Segurança dos Alimentos, Stella

Kyriakides, reforça que a nova legislação visa "garantir que os medicamentos chegam aos doentes em toda a Europa, de forma atempada e equitativa". Por outro lado, acrescenta, "garante que a Europa continua a ser atrativa para as empresas e que a nossa indústria farmacêutica é uma potência em matéria de inovação a nível mundial".

"A criação de um mercado único para os medicamentos é uma necessidade tanto para os nossos cidadãos como para as nossas empresas", diz ainda a comissária europeia, citada em comunicado.

A nova diretiva europeia irá substituir a Diretiva n.º 2001/83, relativa aos medicamentos de uso humano e o Regulamento n.º 1901/2006, relativo aos medicamentos de uso pediátrico. Prevê-se ainda que o novo regulamento europeu substitua o Regulamento n.º 726/2004, que institui a EMA e estabelece os procedimentos para autorização de medicamentos de uso humano e veterinário, o Regulamento n.º 141/2000, relativo aos medicamentos órfãos, e o Regulamento n.º 1901/2006.



Reunião com diretor executivo do SNS

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) e o diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) estiveram hoje reunidos no Porto, naquele que foi o primeiro encontro formal entre o representante dos farmacêuticos portugueses e o responsável da nova estrutura de coordenação da resposta assistencial das unidades de saúde do SNS e da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

O bastonário da OF, Helder Mota Filipe, esteve acompanhado pelo secretário-geral da OF, Ricardo Santos, e pela secretária técnica da Área Profissional, Raquel Mateus. O diretor executivo do SNS, Fernando Araújo, fez acompanhar pela médica Fátima Fonseca, membro da direção executiva.

Entre os temas analisados nesta primeira reunião, foi dado natural destaque à Carreira Farmacêutica no SNS e ao início do primeiro programa da Residência Farmacêutica em várias unidades do SNS. O bastonário destacou também alguns serviços farmacêuticos diferenciados que podem ser prestados em complementaridade e articulação com os serviços públicos de saúde, alguns dos quais incluídos no



Orçamento do Estado para 2023 como a renovação da prescrição a doentes crónicos e a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, desde que assegurada a sua sustentabilidade, a qualidade e a segurança dos cuidados prestados. Neste domínio, o dirigente da OF sublinhou a importância do acesso dos farmacêuticos em ativida-

des assistenciais aos dados clínicos relevantes dos doentes bem como a interoperabilidade entre os sistemas dos vários níveis de cuidados de saúde.

O bastonário e o diretor executivo do SNS analisaram também as medidas em vigor para atenuar o problema das ruturas de medicamentos, bem como o acesso à inovação terapêutica.

Reguladores analisam oportunidades de colaboração

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) esteve ontem reunido com o novo Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) composto por Pimenta Marinho, Franklim Marques e Mariana Mota Torres, em funções desde o passado mês de fevereiro. Desde então, os dirigentes da ERS têm vindo a reunir com as demais Ordens profissionais da Saúde, para apresentação formal de cumprimentos e análise de oportunidades para colaboração no âmbito das atribuições e competências de cada instituição.

Durante este encontro, o Conselho de Administração da ERS mostrou interesse em desenvolver protocolos para colaboração com a OF nas ações desenvolvidas pela entidade reguladora. A ERS pretende ainda estabelecer um processo de comunicação mais expedito, com partilha de informação atualizada entre as duas instituições.

O bastonário transmitiu as principais preocupações e linhas de orientação da OF em matérias sob a esfera de jurisdição da ERS, como a prestação de cuidados de saúde e revisão da regulamentação do setor das Análises

Clínicas. Helder Mota Filipe explicou o trabalho desenvolvido no seio da OF para aprovação de normas profissionais para implementação de serviços farmacêuticos, sublinhando a importância do acesso a informação clínica relevante para prestação destes serviços com segurança e qualidade.

No domínio das Análises Clínicas, a ERS integra o grupo de trabalho para revisão das portarias sobre inspeção e licenciamento dos laboratórios clínicos, que será alvo de pronúncia e parecer das Ordens profissionais.

Colaboração entre reguladores

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) e o presidente do Infarmed estiveram reunidos no início do mês de março para promover sinergias na atividade reguladora das duas instituições. Os responsáveis acordaram a criação de um grupo de trabalho conjunto para agilizar as comunicações entre as duas entidades, que vão também assinar um protocolo de colaboração para apoio e partilha informações no domínio jurisdicional e disciplinar.

A reunião realizada nas instalações do Infarmed, em Lisboa, teve como principal objetivo a apresentação das prioridades estratégicas de ambas as instituições na regulação da atividade

farmacêutica. O bastonário apresentou linhas gerais de intervenção da OF na conjuntura atual, com ênfase sobre a implementação e regulamentação dos novos serviços farmacêuticos previstos no Orçamento de Estado para 2023, a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e a renovação da terapêutica a doentes crónicos. A OF desenvolveu um normativo profissional que estabelece as condições e requisitos para prestação de ambos os serviços nas unidades de saúde de proximidade, tendo o bastonário solicitado os contributos da autoridade reguladora durante o período em que o documento estará em Consulta Pública.



Os dois responsáveis abordaram também a problemática do aumento das ruturas de medicamentos em Portugal e na Europa, tendo sido sublinhada a importância de avaliar o impacto da alteração do regime de formação de preços dos medicamentos na melhoria destes indicadores.

OF e SPMS retomam trabalho para acesso dos farmacêuticos a dados clínicos relevantes

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) e a presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) estiveram reunidos para analisar os desenvolvimentos e acesso dos farmacêuticos em atividades assistenciais às plataformas de dados em saúde. Foi o primeiro encontro formal entre o representante dos farmacêuticos e a nova presidente dos SPMS, Sandra Cavaca. O dirigente da OF apresentou também o ponto de situação sobre a regulamentação da Carreira Farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde, bem como sobre a implementação de novos serviços farmacêuticos nas farmácias comunitárias.

A OF e os SPMS têm mantido uma colaboração assídua para desenvolvimentos dos sistemas de informação no domínio da saúde. No início do ano, a OF remeteu um conjunto de contributos sobre a estrutura de dados que se pretende implementar para garantir uma maior integração de dados entre prestadores e profissionais de saúde.

A OF tem participado ativamente nos trabalhos da coordenação técnica do Registo de Saúde Eletrónico Universal, integrado no projeto de "Transição Digital da Saúde", com conclusão prevista para o final do próximo ano. Esta iniciativa visa corrigir os constrangimentos que impedem a transição digital, incluindo a falta de hardware e software, uniformização dos sistemas de informação, abrangendo questões relacionadas com a segurança, interoperabilidade, mobilidade de profissionais.

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos SPMS está fortemente impulsionado pelos desenvolvimentos na criação do Espaço Europeu de Dados de Saúde, particularmente em matérias relacionadas com o acesso a dados e comunicação de dados entre prestadores e profissionais de saúde. Não obstante, a OF e a SPMS acordaram na importância de retomar os trabalhos atualmente suspensos para garantir que os farmacêuticos podem aceder à Plataforma de Dados

em Saúde, através do portal de registo nacional de profissionais.

O bastonário da OF tem vindo a alertar que a implementação de novos serviços farmacêuticos, diferenciados, estruturados e úteis para as pessoas e para o sistema de saúde está condicionada pelo acesso dos farmacêuticos a informação clínica relevante e à comunicação entre as diversas entidades prestadoras de cuidados. Helder Mota Filipe recorda que o proprietário da informação é o cidadão e não a instituição onde esses dados são gerados. O acesso a estes dados na farmácia comunitária estará sempre sujeito a um consentimento informado do utente, possibilitando assim a prestação de valor acrescentado, em absoluta segurança.

Em virtude dessa reunião, ficou também acordado entre as duas instituições a criação de um grupo de trabalho, de âmbito hospitalar, para revisão das funcionalidades do farmacêutico no SClínico Hospitalar.

Bastonário e secretário regional analisam serviços farmacêuticos na Madeira

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, deslocou-se à Região Autónoma da Madeira (RAM), para um encontro com o secretário regional da Saúde e Proteção Civil, Pedro Ramos, no qual foi analisada a cobertura medicamentosa e assistencial farmacêutica no arquipélago e a implementação de serviços farmacêuticos de valor acrescentado para os utentes. A reunião contou também com a participação

do representante da OF na RAM, Tiago Magro. Os dois responsáveis apresentaram ao governante a possibilidade de alargar a toda a ilha mais serviços farmacêuticos, particularmente os serviços de preparação individualizada da medicação, de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e de renovação da terapêutica a doentes crónicos.

Em análise estiveram ainda alguns temas com elevada atualidade, fruto

da conjuntura atual do mercado farmacêuticos português e europeu. O bastonário explicou que o problema da falta de medicamentos tem múltiplas razões, a principal das quais relacionadas com a guerra na Ucrânia e suas consequências, mas justifica-se também com um regime de formação e revisão dos preços dos medicamentos que estimula a exportação de medicamentos para mercados com preços mais elevados.

Primeira reunião de trabalho com novo bastonário dos médicos

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, e o novo bastonário da Ordem dos Médicos (OM), Carlos Cortes, estiveram reunidos na sede da OM, em Lisboa, poucos dias após a tomada de posse do novo representante dos médicos. Os dois responsáveis analisaram várias matérias com impacto no acesso e qualidade dos serviços de saúde, convergindo na importância da comunicação e partilha de informação entre instituições e profissionais de saúde, mas também no reforço da atividade disciplinar das organizações que lideram.

Um dos principais temas do encontro que juntou os representantes de médicos e farmacêuticos foi o desenvolvimento e implementação de duas medidas previstas no Orçamento de Estado para o corrente ano: a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e a renovação da terapêutica crónica.

Helder Mota Filipe informou o seu homólogo da OM sobre a norma desenvolvida no seio da OF para prestação do serviço de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade. O novo referencial encontra-se atualmente em Consulta Pública, após a qual será aprovada pela Direção Nacional da OF e apresentada ao Ministério da Saúde para suportar a regulamentação do serviço. O bastonário da OF expressou também o desejo de iniciar um trabalho conjunto com a OM, tendo em vista a apresentação de uma nova proposta ao Ministério da Saúde para implementação do serviço de renovação da terapêutica crónica, sublinhando a importância de uma relação próxima entre farmacêuticos e prescritores neste domínio.

A OF está ainda a desenvolver uma nova Competência Farmacêutica em Oncologia, cujas linhas gerais foram também apresentadas ao bastonário

da OM. O representante dos farmacêuticos apresentou ainda a estratégia da OF para a área das Análises Clínicas, apontando vários pontos de convergência com atividade desenvolvida por médicos especialistas em Patologia Clínica.

Os dois bastonários debruçaram-se igualmente sobre os respetivos processos de revisão dos estatutos, nos termos na nova lei-quadro das associações públicas profissionais, concordando no reduzido prazo que ambas a instituição dispõe para discussão interna de alterações tão profundas ao seu funcionamento.

No final do encontro, ambos os responsáveis sublinharam a convergência e sinergias em várias matérias relevantes para a atividade dos profissionais que representam e para a qualidade dos serviços de saúde prestados aos cidadãos.

Farmacêuticos militares preparam formações em emergências e catástrofes

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) e a Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM) vão colaborar na organização de atividades formativas dirigidas a farmacêuticos na área das emergências e catástrofes. Em reunião com a diretora e o subdiretor da UEFISM, o bastonário da OF e o coordenador do Grupo Profissional de Farmácia Militar reiteraram a importância da capacitação dos farma-

cêuticos para atuar em situações de emergência e catástrofe.

A OF pretende-se assim capacitar os profissionais que representa para o desenvolvimento de planos de atuação e de logística nestas situações, em coordenação com outros intervenientes no teatro de operações. Numa fase inicial, as duas entidades efetuam um levantamento de necessidades formativas e do corpo de docentes e profis-



sionais que podem ministrar estas formações e transmitir conhecimentos aos farmacêuticos nestas áreas.

Bastonários aproximam farmacêuticos de Portugal e Cabo Verde



Os bastonários das Ordens dos Farmacêuticos (OF) de Portugal e Cabo Verde estiveram reunidos na sede

provisória da OF, em Lisboa. Ambos os dirigentes estão no primeiro ano de mandato, tendo partilhado as prioridades, projetos e iniciativas em curso nas respetivas instituições.

O bastonário da OF de Portugal, Helder Mota Filipe, explicou o processo de desenvolvimento de novos serviços farmacêuticos, normas profissionais e competências farmacêuticas, manifestando disponibilidade para as duas instituições colaborarem na partilha de informação e documentação de referência sobre os desenvolvimentos no setor farmacêutico. O dirigente da OF de Portugal reforçou

também a importância da colaboração e intervenção farmacêutica nos domínios da pesquisa e inovação, referindo os trabalhos de desenvolvimento da Competência Farmacêutica em Investigação Clínica. Helder Mota Filipe explicou as linhas gerais da Estratégia do Conselho Nacional da Cooperação da OF, realçando a importância da formação, capacitação e desenvolvimento profissional dos farmacêuticos.

Os dois responsáveis partilharam ainda informações sobre os processos de admissão e reconhecimento das qualificações de farmacêuticos cabo-verdeanos.

OF e Apormed discutem intervenção farmacêutica nos dispositivos médicos

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, recebeu em audiência a nova presidente da Associação Portuguesa de Dispositivos Médicos (Apormed), Antonieta Lucas. Foi o primeiro encontro formal entre os dirigentes das duas organizações, após a tomada de posse dos novos dirigentes da associação, no início deste mês de maio. A acompanhar a presidente da Apormed estiveram a vice-presidente, Ana Santos, e o diretor executivo, João Gonçalves. O bastonário esteve acompanhado pelo colega da Direção Nacional da OF, Dario Bastos Martins, pelo secretário-geral da OF, Ricardo Santos, e pela secretária-técnica dos Assuntos Profissionais, Raquel Mateus.

Nesta reunião foi discutida a importância da diferenciação dos farmacêuticos no domínio dos dispositivos médicos, uma área de elevada abrangência e complexidade, assim como possíveis pontos de interesse comuns para futuras colaborações conjuntas.

A presidente da Apormed efetuou também um ponto de situação sobre os desafios da implementação do Regulamento Europeu de Dispositivos Médicos. Apresentou ainda a última revisão do Código de Boas Práticas Comerciais da Apormed, em vigor desde o início deste ano, e abordou os constrangimentos no acesso a alguns dispositivos médicos resultantes de uma conjuntura social, económica e



financeira adversa, em termos internacionais bem como os custos de contexto no setor dos Dispositivos Médicos.

Bastonário reuniu com homólogo espanhol

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, e o presidente do Consejo General de Colegios Farmacéuticos de Espanha, Jesus Aguilar, estiveram reunidos em Lisboa, à margem do 14.º Congresso das Farmácias, que decorreu entre 9 e 11 de fevereiro, no Centro de Congressos de Lisboa. O encontro possibilitou a parti-

ilha de informação sobre a organização e regulação da profissão farmacêutica nos dois países. O dirigente da OF deu a conhecer os processos de implementação da dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e da renovação da terapêutica a doentes, abordando também os temas do acesso a dados clínicos e da prescrição eletrónica.

Entre os temas abordados pelos dois responsáveis esteve também o exercício profissional no ramo das Análises Clínicas, tendo partilhado estratégias para a dinamizar a intervenção farmacêutica nesta área. A este propósito, os representantes dos farmacêuticos de Portugal e Espanha acordaram uma colaboração na realização das Jornadas.

OF e Valormed analisam gestão de resíduos

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, e o diretor-geral da Valormed, Luís Miguel Figueiredo, estiveram reunidos no dia 28 de abril, nas instalações da OF, em Lisboa. Os dois responsáveis partilharam várias informações e prioridades sobre a atividade das respetivas organizações. Entre os temas que mereceram maior atenção estiveram a gestão de resíduos resultantes da preparação individualizada da medicação e de resíduos corto-perfurantes.

A duas entidades partilham fortes preocupações no domínio ambiental. A Valormed enquanto sociedade gestora de resíduos de embalagens e medicamentos. A OF como entidade reguladora da profissão farmacêutica, com uma forte consciência ambiental e a responsabilidade social de educar e aumentar

a literacia da população neste domínio.

Durante este encontro, o bastonário abordou o conjunto de serviços farmacêuticos prestados nas farmácias comunitárias, alguns dos quais geradores de resíduos diferenciados, que justificam também um tratamento específico, como são os casos dos materiais corto-perfurantes ou resultantes de atividades relacionadas com a preparação da medicação. O bastonário recordou também um dos pilares do seu programa de mandato, ciente do desafio que a sustentabilidade ambiental representa para as empresas e indivíduos, procurando desenvolver uma cultura socialmente responsável na organização que lidera, transversal a todos os processos e serviços prestados, dando exemplo não só aos membros da OF, mas também a toda a sociedade civil.



Misericórdias com serviços farmacêuticos diferenciados



A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) tem vindo a reforçar o quadro de farmacêuticos nas unidades de cuidados continuados, garantindo

assim as condições e recursos necessários para a gestão do medicamento nas unidades de cuidados continuados.

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, e o vice-presidente da UMP, Manuel Caldas de Almeida, estiveram reunidos na sede provisória da OF, em Lisboa, num encontro que contou também com a participação de um grupo de colaboradoras da instituição, entre as quais três farmacêuticas. O responsável da OF foi informado sobre o projeto de centralização de recursos farmacêuticos iniciado pela UMP, que envolveu o reforço do quadro de farmacêuticos e a partilha de recursos técnicos e humanos nas diferentes unidades da instituição. Manuel Caldas de Almeida

explicou também o regime excecional autorizado pelo Infarmed para gestão do circuito do medicamento nas unidades de cuidados continuados da UMP. Além de assegurar a qualidade técnica na gestão destas tecnologias de saúde, o projeto tem permitido poupanças assinaláveis, pela centralização de compras e otimização da sua utilização nas diferentes unidades.

Helder Mota Filipe saudou a equipa de farmacêuticos e elogiou o seu empenho no desenvolvimento dos serviços farmacêuticos prestados nas unidades de cuidados continuados, tendo manifestado também abertura para um trabalho conjunto de desenvolvimento de Boas Práticas na área dos Cuidados Continuados Integrados.



jfc 2024
JORNADAS DE
FARMÁCIA COMUNITÁRIA

Jornadas de Farmácia Comunitária 2024

————— A FARMÁCIA CENTRADA NO UTENTE

save
the
date

20 de abril
Lisboa





DESTAQUE

UM NOVO MODELO DE REGULACÃO PROFISSIONAL

O novo enquadramento jurídico das associações públicas profissionais obrigou à adaptação dos estatutos de todas as Ordens profissionais à nova Lei-Quadro, inaugurando um novo paradigma na (auto)regulação profissional, agora com a participação de indivíduos não inscritos nas respetivas Ordens.



O Governo concretizou a reforma das Ordens profissionais, com o propósito de eliminar restrições de acesso às profissões e melhorar as condições de concorrência, objetivo que foi iniciado com a alteração ao regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, em vigor desde o início de 2023. Com a nova Lei-Quadro em vigor, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei única, que submeteu à Assembleia da República, para adaptação dos estatutos de cada Ordem profissional.

Antes disso, a Ordem dos Farmacêuticos (OF) tomou a iniciativa de enviar ao Ministério da Saúde em conjunto de contributos para a alteração ao seu Estatuto. O documento elaborado pela Comissão de Revisão do Estatuto incluiu vários comentários apresentados por farmacêuticos durante o curto período concedido pelo Governo para apresentação de uma primeira proposta. A versão inicial do diploma proposto pelo Governo contemplava algumas alterações sugeridas pela OF em vários domínios. Contudo, deixava por clarificar, e distinguir, os atos reservados aos farmacêuticos, que só podem ser exercidos por profissionais inscritos na Ordem, e outras atividades farmacêuticas, que também requerem inscrição na Ordem, mas que podem ser exercidas por outros profissionais legalmente autorizados.

Com um prazo de apenas dois dias úteis para pronúncia sobre um diploma estruturante para a profissão farmacêutica, a proposta do Governo apresentava “alterações profundas e substanciais” face à versão que foi elaborada pela OF dois meses antes, em conjunto com o Ministério da Saúde. A OF considerava que as

alterações introduzidas não tinham fundamento atendível, nem contemplam as oportunidades de melhoria identificadas pelos farmacêuticos.

o exercício farmacêutico. Para além das questões relacionadas com os atos farmacêuticos, o bastonário expôs as preocupações da OF nas diferentes

.....

A OF enviou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão as propostas de alteração ao seu Estatuto, que foram analisadas na especialidade, pelo Grupo de Trabalho dedicado à alteração dos estatutos das associações públicas profissionais. A OF sugeriu alterações na redação do artigo relativo ao título profissional de farmacêuticos e aos atos reservados a estes profissionais.

O bastonário e o presidente da Assembleia Geral, na qualidade de coordenador da Comissão de Revisão do Estatuto da OF, estiveram reunidos com o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, o secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Correia, e restante equipa envolvida no processo de revisão dos Estatutos das Ordens profissionais da área da Saúde. “O Ato Farmacêutico está definido no Estatuto da OF há mais de 20 anos”, recordou o bastonário aos membros do Governo. “A atividade farmacêutica está diretamente ligada a medicamentos de uso humano e veterinário, dispositivos médicos e outros produtos e tecnologias de saúde, bem como com as análises clínicas, genéticas e outras, sendo aplicada as ciências farmacêuticas em todas as áreas de intervenção do farmacêutico”, reforçou o bastonário, que lembrou também a postura colaborativa e recetividade em relação às recomendações de 2016 da Autoridade da Concorrência sobre

matérias que podem colocar em causa a desregulação da profissão e, por consequência, a qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Foi assim com surpresa que a OF recebeu a proposta de revisão do seu estatuto, que contrariava o quadro legislativo nacional e comunitário no que respeita ao setor farmacêutico, colocando em causa o serviço prestado aos portugueses. “Não compreendemos como os atos que só podem ser exercidos por farmacêuticos, em função das suas especiais competências técnico-científicas, possam igualmente vir a ser exercidos por outras pessoas”, alertou o representante dos farmacêuticos. “Não compreendemos também como é que os atos que são comungados com outros profissionais de saúde, que têm vindo a ser praticados pelos farmacêuticos em execução das políticas públicas de saúde dos sucessivos governos, são totalmente omitidos do Estatuto da OF, como é o caso das análises clínicas, genéticas ou outras,

quando, ainda por cima, o Ministério da Saúde atribui aos farmacêuticos a especialidade em análises clínicas e em genética humana, nos termos da carreira farmacêutica”, insistiu Helder Mota Filipe.

Outro aspeto determinante da proposta de alteração ao seu estatuto, diz respeito aos Colégios de Especialidade, órgãos com especial relevância nas profissões da área da Saúde, que, no caso da OF, deixavam de ser órgãos de âmbito nacional, num tratamento diferenciado face a outras Ordens profissionais. A OF destacou também a alteração de uma das suas atribuições específicas, relacionada com a acreditação e creditação de ações de formação contínua, “que nada têm a ver com o acesso à profissão”, lembrava a OF, visando, essencialmente, a verificação da qualidade técnico-científica de atividades formativas destinadas aos farmacêuticos, como são os casos de congressos e simpósios científicos, cursos intensivos e outros eventos semelhantes.

A pronúncia da OF sublinhava ainda uma eventual incongruência no

.....

A OF destacou também a alteração de uma das suas atribuições específicas, relacionada com a acreditação e creditação de ações de formação contínua, “que nada têm a ver com o acesso à profissão”, lembrava a OF

reconhecimento das qualificações a profissionais de países estrangeiros, dada a revogação da norma que prevê a comprovação da competência linguística para o exercício da atividade farmacêutica em Portugal, principalmente nos profissionais que exercem atividades assistenciais, que estão em contacto direto com os utentes.

Além da adequação ao novo regime jurídico das associações públicas

profissionais, a OF entende que a revisão do seu Estatuto constitui uma oportunidade para promover o desenvolvimento da instituição, tendo em conta os atuais desafios da Saúde, da profissão farmacêutica e, muito particularmente, dos doentes. Nestes termos, a Comissão de Revisão do Estatuto analisou as diferentes implicações da alteração legislativa, nomeadamente no que diz respeito ao Ato Farmacêutico, aos novos órgãos sociais e às sociedades multidisciplinares, entre outros aspetos.

No caso concreto dos atos próprios da profissão, procedeu-se à distinção entre ato reservado e exercício farmacêutico. A proposta da OF indicava que o Ato Farmacêutico é da exclusiva competência e responsabilidade dos farmacêuticos. A sua definição e regulação é fundada em “razões imperiosas de interesse público”, assentes no perfil e competências técnicas dos farmacêuticos, assim como na necessidade de assegurar a proteção da saúde, o acesso ao medicamento e a sua efetividade e qualidade da assistência farmacêutica. A proposta da OF acrescentava

NOMEADA COMISSÃO INTERNA

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, anunciou a constituição de uma comissão interna para revisão do Estatuto da OF. O tema integrou a Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral da OF, que decorreu a 30 de março, em Lisboa. Na ocasião, o bastonário recordou os prazos para a adaptação dos estatutos das Ordens profissionais às alterações introduzidas pela revisão do regime jurídico das associações públicas profissionais, que entrou em vigor no final de junho (90 dias depois).

A revisão do estatuto da OF visa ainda concretizar a estratégia definida pela Direção Nacional para o presente mandato. “Esta discussão da revisão do Estatuto da Ordem começou antes da publicação da nova Lei-Quadro. Queremos uma Ordem próxima de todos os farmacêuticos, sem barreiras de acesso e assegurando um serviço ágil para



todos os que dela precisam, farmacêuticos e cidadãos”, disse o bastonário. “O doente é o foco central da atividade dos farmacêuticos e a defesa dos seus interesses é a principal atribuição da OF. Por outro lado, os desafios e a evolução, dos sistemas de saúde exigem a adaptação

constante da instituição e dos seus profissionais. Só assim seremos capazes de responder àquilo que a sociedade espera dos farmacêuticos”, acrescentou o presidente da Assembleia Geral, José Vieira Gavino, que coordena também a nova comissão de revisão do estatuto.

ainda que o “exercício profissional do farmacêutico integra, para além do ato farmacêutico, um conjunto de outras atividades, que quando desempenhadas por farmacêuticos, ficam sujeitas às regras e disciplina definidas nos Estatutos”. Deste modo, a proposta de alteração ao conteúdo do Ato Farmacêutico diferenciava o conjunto de atividades reservadas à profissão e outras incluídas no exercício profissional farmacêutico que ficam sujeitas à disciplina do Estatuto.

Outras das principais alterações preconizadas pela Ordens durante o período de discussão pública sobre o novo diploma diz respeito ao reforço da defesa dos interesses das pessoas, dos destinatários dos serviços, que ficou consagrada na versão final do diploma. No documento, reforçam-se igualmente as atribuições nos domínios da colaboração com a sociedade civil, das ações de fiscalização, na definição de boas práticas e no registo de profissionais. Por outro lado, o novo enquadramento legal das Ordens profissionais impede agora que os membros dos seus órgãos sociais

exerçam funções dirigentes na função pública, em associações sindicais, patronais ou outras suscetíveis de gerar conflitos de interesses, o que fica também contemplado na proposta submetida pela OF.

.....

A proposta da OF acrescentava ainda que o “exercício profissional do farmacêutico integra, para além do ato farmacêutico, um conjunto de outras atividades, que quando desempenhadas por farmacêuticos, ficam sujeitas às regras e disciplina definidas nos Estatutos”

COMPOSIÇÃO:

- **José Vieira Gavino,**
Presidente da Assembleia Geral, (coordenador)
- **Carlos Cavaleiro,**
Designado pela Secção Regional do Centro
- **Carlos Sá,**
Designado pela Secção Regional do Norte
- **Duarte Santos,**
Designado pela Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas
- **Filomena Cabeça,**
Presidente do Conselho Jurisdicional Nacional
- **Miguel Silvestre,**
Presidente do Conselho Farmacêutico Nacional
- **Bruno Macedo,**
Presidente do Conselho de Jovens Farmacêuticos
- **Catarina Coelho,**
Especialista em Farmácia Hospitalar
- **Dulce Quelhas,**
Especialista em Genética Humana
- **Fernanda Aleixo,**
Especialista em Assuntos Regulamentares

A NOVA REGULAÇÃO PROFISSIONAL



A nova lei das Ordens Profissionais apreciada pelo Tribunal Constitucional põe termo a um modelo de autorregulação profissional que vigorou durante várias décadas em Portugal. O novo modelo prevê a intervenção de entidades externas à profissão na definição da sua estratégia e atuação.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) considera que o novo modelo de regulação profissional previsto no diploma vai muito além daquelas que foram efetivamente as “imposições” da Comissão Europeia, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e da Autoridade da Concorrência, demonstrando pouco apreço pela participação de entidades independentes. Estava em causa a eliminação de barreiras no acesso às profissões e a regulamentação dos estágios e exames de acesso, mas a solução agora preconizada passa também pela criação de órgãos externos com interferência direta na ação das Ordens.

É seguramente o fim do modelo de autorregulação profissional.

A OF apresentou sempre reservas sobre as propostas de diploma em discussão, alertando para a ingerência política em matérias técnico-científicas, relacionadas com a atividade de profissionais altamente qualificados e especializados. A génese desta iniciativa legislativa é reveladora do que parece ser o seu verdadeiro objetivo: a governamentalização e instrumentalização política das Ordens Profissionais.

A OF acompanhou todo o processo de regulamentação do diploma e revisão dos seus estatutos e regulamentos internos. Avizinham-se novos tempos na regulação das profissões e tudo faremos para estas alterações tenham o menor impacto possível nos destinatários dos serviços, que no nosso caso são os doentes.

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos

Helder Mota Filipe



.....
O caráter urgente na resposta que foi solicitado pelo Governo impediu uma discussão interna mais alargada.

COM CONTRIBUTOS DOS FARMACÊUTICOS

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) enviou ao Ministério da Saúde um conjunto de contributos para a alteração ao seu Estatuto, nos termos da nova lei-quadro das associações públicas profissionais. O documento foi elaborado por uma comissão de revisão do Estatuto criada especificamente para este efeito, e incluiu comentários submetidos por farmacêuticos durante o período de Consulta Pública.

O novo regime jurídico das associações públicas profissionais foi publicado em Diário da República no final do mês de março e determinava um prazo de 120 dias para adequação dos Estatutos das Ordens profissionais à nova lei-quadro. Com estes prazos já a decorrer, o Governo definiu um

calendário apertado para receção das propostas das Ordens profissionais e a OF constituiu uma comissão para revisão do seu Estatuto, liderada pelo presidente da Assembleia Geral, José Vieira Gavino, e que integra ainda os representantes das três Secções Regionais da OF e vários outros farmacêuticos de reconhecido mérito nas diferentes áreas de intervenção da profissão.

O caráter urgente na resposta que foi solicitado pelo Governo impediu uma discussão interna mais alargada. As linhas gerais das alterações preconizadas pelos farmacêuticos tinham sido já apresentadas ao Ministério da Saúde, registando-se a abertura do Governo para incorporar na versão final do diploma as alterações diretamente relacionadas com a nova lei-quadro.

O ACORDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O Presidente da República pediu ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva do diploma da Assembleia da República sobre a revisão da lei das Ordens Profissionais. “Para que haja a certeza e segurança dos portugueses”, anunciou o Chefe de Estado. O Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) saudou a decisão do Presidente e reiterou a convicção da inconstitucionalidade do diploma, ao diminuir a autonomia que a Constituição reconhece às Ordens Profissionais, em prejuízo dos cidadãos das empresas que recorrem aos serviços profissionais dos seus membros. Marcelo Rebelo de Sousa explicou que requerer ao Tribunal Constitucional

a apreciação preventiva de constitucionalidade de algumas normas do diploma aprovado recentemente pela Assembleia da República, que procede à revisão do regime jurídico das Ordens Profissionais. “Admito nos próximos dias pedir novamente ao Tribunal Constitucional que se pronuncie em fiscalização preventiva sobre outro diploma”, disse o Presidente da República à comunicação social, no seguimento da decisão do Tribunal Constitucional sobre a eutanásia. As Ordens Profissionais congratulam e apoiam a decisão de Marcelo Rebelo de Sousa. Desde o início do processo legislativo têm vindo a apresentar fortes reservas sobre uma iniciativa.



As Ordens saudaram a manutenção das suas principais atribuições, ao contrário do projeto de diploma inicial, que secundava a “defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços”

A NOVA LEI-QUADRO

A Assembleia da República aprovou, em Sessão Plenária, o texto final apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão para revisão do regime jurídico das associações públicas profissionais. A versão final resultante dos projetos de lei do PS e do PAN foi aprovada com os votos favoráveis do PS, IL e PAN e os votos contra do PSD, Chega e PCP. foram ainda registadas as abstenções do Bloco de Esquerda e Livre.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) e demais Ordens profissionais, representadas também pelo Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), participaram no processo legislativo conduzido por um grupo de trabalho criado pela referida Comissão Parlamentar. Apesar da versão final do diploma contemplar algumas alterações sugeridas durante o período de audições e consulta às entidades envolvidas, as Ordens questionaram a constitucionalidade de algumas normas aprovadas, tendo

solicitado audiências com o Presidente da República, grupos parlamentares e provedora de Justiça, órgãos com competência para solicitar apreciação do Tribunal Constitucional.

As Ordens saudaram a manutenção das suas principais atribuições, ao contrário do projeto de diploma inicial, que secundava a “defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços”, em detrimento da “defesa dos interesses gerais da profissão”. “Era crítico manter-se essa atribuição das Ordens exatamente para reforçar que estas não são meros organismos de defesa corporativa dos interesses dos seus membros, como alguns agentes políticos pretendem inculir na opinião pública”, realçou o CNOP, lamentando que o “preconceito contra as Ordens” se mantenha bem presente em várias disposições, ao se considerar “como sendo um suposto atributo de independência a não filiação numa Ordem profissional”. Assim se explica, de acordo com o CNOP, “que o órgão de supervisão tenha uma maioria de membros não pertencentes à Ordem; que o Provedor dos Destinatários dos Serviços, obrigatoriamente remunerado, quando o não são a esmagadora maioria dos outros titulares de órgãos sociais, também não seja membro da Ordem; que o Conselho Disciplinar, órgão encarregado de apreciar a adequação de práticas profissionais, integre membros que, por não serem membros da Ordem, não exercem a profissão; e que os júris de exame de estágios profissionais integrem vogais desligados do exercício da profissão por não serem, necessariamente, membros da Ordem”. Na apreciação ao texto final submetido à votação dos deputados, o CNOP realça

que não foi atendida a sua reivindicação contra a imposição de um período de nojo a dirigentes sindicais para poderem exercer cargos nas Ordens”.

A versão final da proposta de diploma manteve também como incompatibilidade para o exercício desses mesmos cargos associativos o desempenho de quaisquer funções dirigentes na função pública, algo que afeta muito particularmente as Ordens profissionais da área da Saúde, por poderem ter um elevado número dos seus membros a exercer funções dirigentes nas unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

As Ordens continuam a criticar a criação de um novo órgão de supervisão, quando a sua “atividade é escrutinada por uma miríade de entidades, desde logo o Governo que sobre elas exerce uma tutela inspetiva”. O CNOP alerta para a dificuldade na operacionalização e constituição deste novo órgão, cuja composição integra 40% dos membros professores do ensino superior, que não podem estar inscritos na respetiva Ordem, mas que serão, contudo, eleitos pelos seus membros dessa mesma Ordem. “Algum académico, nestas condições se prestará a ser candidato!”, advertiram as Ordens, que destacavam ainda obrigação de adotar “soluções organizativas únicas, como se todas as vinte Ordens existentes fossem idênticas na sua dimensão e no contexto em que se inserem”. A rigidez destas soluções normativas retira, segundo o CNOP, “a possibilidade da Assembleia da República, quando chamada a aprovar as alterações aos Estatutos dessas mesmas 20 Ordens, poder encontrar as soluções mais adequadas e específicas para cada uma dessas associações públicas”.

.....

As Ordens alertam para alguns efeitos da diminuição da sua autonomia na regulação das profissões que representam, desde logo na qualidade dos serviços, que dependente da fiabilidade dos mecanismos de controlo, seja da atividade profissional seja do acesso ao exercício da profissão. “Ninguém melhor do que os próprios profissionais para apurar a ocorrência de más práticas profissionais ou para controlar o acesso à profissão, porque são menos permeáveis a influências políticas do que os serviços públicos, que estão dependentes de orientações ou decisões da sua hierarquia”, explica o CNOP.

REUNIÕES, AUDIÊNCIAS E AUDIÇÕES

Enquanto aguardava o acórdão do Tribunal Constitucional (TC), o Chefe de Estado recebeu, em audiência no Palácio de Belém, os representantes das 20 Ordens profissionais que integram o Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP). Antes disso, os dirigentes das Ordens estiveram também reunidos com a provedora de Justiça. Em ambos os encontros, o CNOP congratulou a decisão do Presidente da República querer ao TC a apreciação preventiva



de constitucionalidade das normas do diploma que foi recentemente aprovado pela Assembleia da República, e que procede à revisão do regime jurídico das Ordens Profissionais.

O CNOP considera a diminuição da autonomia das Ordens inconstitucional, tendo manifestado a sua preocupação pelas condicionantes ao controlo da qualidade dos serviços prestados pelos seus membros, o que prejudica os cidadãos e empresas que a eles recorrem. As Ordens repudiam também a diminuição imposta ao seu funcionamento democrático das Ordens e, conseqüentemente, nas condições de autorregulação de profissões qualificadas.

Os representantes de mais de 400 mil profissionais liberais alertaram ainda para as pressões que estão a ser exercidas para condicionar a apreciação de constitucionalidade pelo TC, associado a entrada em vigor do novo diploma ao desbloqueamento de fundos do PRR.

Ao longo deste processo, as Ordens conseguiram manter como prioridade da sua intervenção a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços, o que as afasta do estigma de serem instituições corporativas. A diminuição da sua autonomia materializa-se no facto de os seus órgãos predominantes deixarem de ser o Bastonário e a Assembleia representativa, para passarem a ser o Conselho de Supervisão, composto, na sua maioria, por não-membros da organização, e o Provedor dos Destinatários dos Serviços, também ele não-membro de cada Ordem. O Conselho de Supervisão passa a controlar a atividade dos demais órgãos associativos, a emitir recomendações sobre procedimentos disciplinares e a regular a realização de estágios, para além de ter papel relevante

na escolha dos dirigentes associativos, ao avaliar potenciais situações de conflitos de interesse, em especial, na escolha do Provedor dos Destinatários de Serviços que integra, por inerência, este Conselho. O Provedor dos Destinatários dos Serviços, que as Ordens entendem apresentar competências sobrepostas às do Provedor de Justiça, é o único titular de órgão associativo obrigatoriamente remunerado. Deste modo, a regulação de profissões qualificadas pode ser deixada aos próprios profissionais, organizados em Ordens (autorregulação), ou confiadas a entidades externas (heterorregulação) diretamente a Repartições Públicas ou indiretamente a entidades privadas, nomeadamente pela obrigatoriedade, para o exercício da profissão, de contratação de seguros profissionais.

As Ordens alertam para alguns efeitos da diminuição da sua autonomia na regulação das profissões que representam, desde logo na qualidade dos serviços, que dependente da fiabilidade dos mecanismos de controlo, seja da atividade profissional seja do acesso ao exercício da profissão. “Ninguém melhor do que os próprios profissionais para apurar a ocorrência de más práticas profissionais ou para controlar o acesso à profissão, porque são menos permeáveis a influências políticas do que os serviços públicos, que estão dependentes de orientações ou decisões da sua hierarquia”, explica o CNOP. Por outro lado, as Ordens alertam também que o modelo de autorregulação em vigor é mais económico do que se realizado por outras entidades públicas, dado que os seus custos são integralmente suportados pelos profissionais através das suas Ordens.

O HISTÓRICO DO NOSSO ESTATUTO

A Ordem dos Farmacêuticos foi formalmente criada pelo Decreto-Lei n.º 334/72, de 23 de agosto, que aprovou o seu Estatuto, sucedendo, nos direitos e nas obrigações patrimoniais, ao Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, extinto por este diploma legal.

Após o 25 de Abril de 1974, a Ordem passou por variadíssimas vicissitudes, demonstrando-se a necessidade de adequar o Estatuto à nova filosofia da Constituição da República Portuguesa. Neste contexto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 212/79, de 12 de julho, que durante 22 anos norteou a atividade da instituição que representa os farmacêuticos portugueses.

A adesão à União Europeia e o respeito pelos tratados europeus que consagram a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, bem como o direito de estabelecimento, associados à proliferação de novas escolas do ensino farmacêutico universitário, quer públicas quer privadas, com os problemas de qualidade daí decorrentes e a conseqüente competição na área do emprego, motivaram uma nova revisão estatutária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de novembro. Este novo enquadramento legal veio abrir caminho a mais e maiores responsabilidades administrativas da Ordem dos Farmacêuticos para cumprimento da sua missão estatutária, designadamente na promoção da formação contínua e atualização de conhecimentos dos farmacêuticos. A Ordem dos Farmacêuticos foi pioneira no nosso País na implementação de um modelo de desenvolvimento profissional contínuo para os seus membros. Adicionalmente, a revisão estatutária de 2001 incorpora e atualiza o código deontológico da profissão farmacêutica, até então disperso em vários diplomas legais.

Desde então, foram publicadas várias alterações ao Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos. A primeira, no sentido de adaptar às alterações legislativas que permitiram a venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica fora das farmácias – Decreto-Lei

n.º 134/2005, de 16 de agosto; a segunda, quase três anos depois – Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro –, em virtude da aprovação do novo Regulamento das Custas Processuais, que até então isentava a instituição de preparos, taxa de justiça e custas pela sua intervenção em juízo; a terceira, através da Lei n.º 22/2009, de 20 de maio, que estabelece uma nova redação ao artigo 76.º, referente ao Ato Farmacêutico, retirando as competências e responsabilidades exclusivas dos farmacêuticos em relação ao medicamento de uso veterinário. A quarta alteração ao Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos foi publicada em Diário da República a 4 de setembro de 2015 – Lei n.º 131/2015 –, como culminar de um processo legislativo iniciado com a aplicação do memorando de entendimento entre o Estado português e a troika, composta pelo Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, na sequência do pedido de ajuda financeira do Governo português às instâncias internacionais, em maio de 2011. Entre variadíssimos outros aspetos, o acordo previa a eliminação de barreiras no acesso às profissões liberais, o que conduziu à aprovação da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais. Esta Lei-Quadro foi posteriormente adaptada por todas as Ordens profissionais, num

processo legislativo que, para a Ordem dos Farmacêuticos, culminou a 4 de setembro de 2015, com a publicação da Lei n.º 131/2015. Este diploma introduziu importantes alterações na esfera de ação da Ordem e dos farmacêuticos portugueses, designadamente nos domínios da qualificação, das especialidades e competências farmacêuticas, dos princípios éticos e deontológicos e na organização interna da própria instituição. Em junho de 2023, por iniciativa do grupo parlamentar do Partido Socialista, foi apresentada uma proposta de alteração à Lei-Quadro das associações profissionais, sustentada nas recomendações da Autoridade da Concorrência e da Comissão Europeia, designadamente no que diz respeito aos estágios e outras barreiras no acesso à profissões.

O novo diploma tem também, fortes implicações na estrutura orgânica de todas as Ordens profissionais, ao criar um novo Órgão de Supervisão e o Provedor do Destinatários dos Serviços, cargos exercidos por indivíduos não inscritos nas respetivas associações. Apesar das dúvidas do Presidente da República, o Tribunal Constitucional não se pronunciou pela inconstitucionalidade das normas, o que motivou a promulgação e publicação da Lei n.º 12/2023, de 10 de janeiro, que procede à primeira alteração à legislação que regula as associações públicas profissionais.



Novos farmacêuticos assumiram compromisso



Cerimónia de Compromisso Farmacêutico

PROGRAMA

18H00 Receção aos Convidados

18H00 Atuação Musical

18H45 Félix Carvalho, Presidente da Secção Regional do

19H00 Helder Mota Filipe, Bastonário da OF

19H15 Conferência "Planos para amanhã? O papel
nos cuidados de saúde primários"

Gonçalo Sousa Pinto, Le

OF assinalou entrada na profissão de centenas de novos farmacêuticos. Nova cerimónia juntou também farmacêuticos com mais de 35 anos de atividade para reafirmar compromisso com a profissão.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) assinalou a entrada na profissão de centenas de novos farmacêuticos. A Cerimónia de Compromisso Farmacêutico organizada pela Secção Regional do Norte (SRN-OF) a 18 de junho, na Casa da Música, no Porto, juntou várias gerações de farmacêuticos, entre jovens farmacêuticos recém-diplomados, farmacêuticos que se reinscreveram ao abrigo do Programa Extraordinário, profissionais com mais 35 anos de ativi-

dade e professores universitários. Em conjunto, reafirmaram o seu compromisso com os princípios e valores da profissão farmacêutica, através da leitura do Juramento Farmacêutico.

O bastonário e o presidente da SRN-OF destacaram as qualificações destes novos profissionais, mas também o simbolismo de uma cerimónia renovada, mas que mantém o propósito de assinalar o vínculo dos novos farmacêuticos à sua profissão e Ordem

profissional. Gonçalo Sousa Pinto, responsável da Federação Internacional Farmacêutica (FIP) para a área do desenvolvimento profissional, proferiu uma conferência sobre as perspetivas futuras da profissão. Numa mensagem vídeo enviada aos farmacêuticos, a secretária de Estado da Promoção da Saúde, Margarita Tavares, endereçou votos de sucesso para os novos profissionais e recordou o seu relevante papel social.

Francisco Batel Marques, Professor da FFUC, In Livro de Inauguração do edifício da Secção Regional do Norte (2017)



Mais de 100 novos farmacêuticos especialistas

Durante o ano de 2022, a Ordem dos Farmacêuticos (OF) atribuiu o título de especialista a mais de 100 farmacêuticos, a grande maioria na área da Farmácia Hospitalar (65), em Farmácia Comunitária (18), Análises Clínicas (14) e Assuntos Regulamentares (3). A cerimónia de entrega dos diplomas decorreu no final de fevereiro, em Lisboa, na presença do bastonário e dos presidentes e representantes dos Conselhos dos Colégios de Especialidade da OF.

Existem atualmente 3.144 farmacêuticos em exercício com uma ou mais especialidades atribuídas pela OF. São profissionais com conhecimentos e qualificações diferenciadas, que podem, por isso, aceder também a funções diferenciadas nas respetivas áreas profissionais. A entrega dos diplomas aos farmacêuticos que concluíram durante o último ano o processo de especialização numa das seis especialidades farmacêuticas atribuídas pela OF é um momento de particular simbolismo e de enorme importância para estes profissionais, mas também para a OF, que cumpre uma das suas principais missões de



valorização, qualificação e diferenciação dos seus membros.

O bastonário, os presidentes e os representantes dos Conselhos dos Colégios de Especialidade da OF presentes na ocasião felicitaram os novos especialistas e endereçaram votos de sucesso na nova etapa profissional que agora vão enfrentar.

Leonor Correia, presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e de Genética Humana (CCEACGH-OF), recordou

especialmente o esforço e empenho do Colégio e dos próprios candidatos para conclusão da especialidade a tempo da equiparação ao programa formativo da Residência Farmacêutica. O CCEACGH-OF congrega mais de mil farmacêuticos analistas especialistas, representando uma das principais áreas da atividade farmacêutica, com aproximadamente 10% dos membros inscritos na OF.

Helena Catarino, em representação do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia (CCEFHO-OF), realçou a exigência da qualificação atribuída pela OF e a nova realidade do exercício profissional, resultante da inovação, do desenvolvimento científico e das necessidades dos doentes e da sociedade. A responsável do CCEFHO-OF considera que os farmacêuticos hospitalares são profissionais de excelência, que investem no conhecimento, como base para um exercício de qualidade.

A presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares (CCEACGH-OF), Teresa Carvalho, lembrou que o ambiente regulamentar evoluiu muito nos últimos anos, fruto dos avanços tecnológicos, da transição digital e também da inovação. Assim justifica a necessidade da atualização de conhecimentos e se reúnem condições para cumprir





.....
“É um ato de enorme responsabilidade, com profundo impacto na vida dos nossos colegas, e que justifica, por isso, pelo menos, o mesmo empenho e compromisso que eles empregam na conclusão deste processo”, realçou o bastonário.

os rigorosos padrões de qualidade e segurança associados às áreas do medicamento e dos dispositivos médicos.

André Paiva, do Conselho do Colégio de Especialidade em Farmácia Comunitária (CCEFC-OF), sublinhou, por sua vez, o valor acrescentado que a especialidade pode representar na vida profissional e desafiou os diretores técnicos de farmácia a promover a especialidade como elemento diferenciador nas suas equipas. Como uma das especialidades mais recentes atribuídas pela OF, o Colégio tem ainda menos de mil especialistas, o que num universo de mais de 11 mil farmacêuticos e quase 2900 farmácias evidencia o percurso ainda a realizar.

Ficaram ainda por entregar os diplomas aos novos farmacêuticos especialistas em Indústria Farmacêutica, pois os resultados não tinham ainda sido homologados à data da cerimónia.

Na intervenção final, o bastonário sublinhou o rigor e profissionalismo com que o júri destes exames para atribuição do título de especialista conduz os processos. “É um ato de enorme responsabilidade, com profundo impacto na vida dos nossos colegas,

e que justifica, por isso, pelo menos, o mesmo empenho e compromisso que eles empregam na conclusão deste processo”, realçou o bastonário. Helder Mota Filipe considera que os novos especialistas “ultrapassaram com distinção uma etapa importantíssima no seu desenvolvimento profissional. Concluíram um percurso exigente, bastante trabalhoso, que requer uma dedicação suplementar, abdicando de outros momentos igualmente importantes, de lazer e convívio com amigos e família. É seguramente um investimento a médio e longo prazo, valorizado pelo mercado de trabalho, com responsabilidades adicionais e um grau de exigência superior, mas que tem seguramente um retorno e realização pessoal, profissional e até financeira”.

Para o bastonário, a sociedade espera destes profissionais um serviço diferenciado, mas a OF conta também com a sua expertise no desenvolvimento da sua atividade, na regulação da profissão e na definição dos mais elevados padrões de qualidade e segurança nos serviços prestados pelos profissionais que representa. O bastonário lembrou ainda que este ano se iniciou, pela primeira vez, o programa da Residência Farmacêutica, um percurso formativo estruturado no Serviço Nacional de Saúde para a especialização dos farmacêuticos nas áreas da Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas e Genética Humana. “É, portanto, uma outra via para a obtenção da especialidade, conferida então pelo Ministério da Saúde”, lembrou.

O processo de regulamentação da Residência e da Carreira Farmacêutica no SNS apresenta ainda algumas lacunas, que a OF tem procurado resolver em colaboração com a tutela, como é o caso do reconhecimento mútuo das especialidades atribuídas pelo Ministério e pela OF, tal como acontece com as outras profissões de saúde.



Regulação disciplinar da atividade farmacêutica

A atividade jurisdicional da Ordem dos Farmacêuticos (OF) durante o ano de 2022 envolveu a apreciação de 46 denúncias relativas a atos profissionais praticados por farmacêuticos, seis dos quais iniciados pela própria instituição, no seguimento de informações veiculadas em órgãos de comunicação social. Os processos foram distribuídos pelos Conselhos Jurisdicionais Regionais, que desencadearam os procedimentos e mecanismos necessários para a averiguação disciplinar. Destas 46 denúncias recebidas ou desencadeadas pela OF, 15 dizem respeito ao atendimento, dez a suspeitas de ilícito criminal, nove são relativas à dispensa de medicamentos, seis por violação de regras deontológicas, quatro por incumprimento de normas e boas práticas, uma por motivos laborais e outra por usurpação de funções. Cada uma destas denúncias foi encaminhada para o respetivo Conselho Jurisdicional Regional – 19 para o norte; seis para o centro; 21 para o sul e regiões autónomas.

O Conselho Jurisdicional Regional do Norte arquivou nove processos, um dos quais respeitante ao ano de 2020 e

outros cinco relativos a 2021, tendo ainda deliberado duas sanções de repreensão registadas, relativas a processos de 2021. O Conselho Jurisdicional Regional do Centro arquivou cinco processos, três dos quais relativos a 2021. O Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas arquivou 19 processos, um processo referente a 2019, três referentes a 2020 e outros três relativos a 2021. Deliberou ainda quatro sanções de repreensão registadas (relativas a dois processos de 2018 e dois processos de 2020), a aplicação de quatro multas (um processo relativo a 2020 e três processos relativos a 2022) e a aplicação de uma sanção disciplinar de suspensão de exercício da profissão pelo período de um ano, com pena suspensa pelo período de três anos, num processo relativo a 2021).

O Conselho Jurisdicional Nacional recebeu três pedidos de recurso, que transitaram do Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas, tendo deliberado a manutenção de duas sanções de multa aplicadas, tendo o outro pedido desistido do recurso apresentado.

Queixas e Denúncias	
Atendimento	15
Ilícito criminal	10
Dispensa de medicamentos	9
Violação de regras deontológicas	6
Incumprimento de normas/boas práticas	4
Usurpação de funções	1
Motivos laborais	1
Total	46

Processos analisados	
Conselho Jurisdicional do Norte	19
Conselho Jurisdicional do Centro	6
Conselho Jurisdicional Sul e Regiões Autónomas	21
Conselho Jurisdicional Nacional	3
Total	49

Deliberações	
Processos arquivados	33
Repreensões registada	7
Multa	4
Suspensão do exercício	1
Total	45

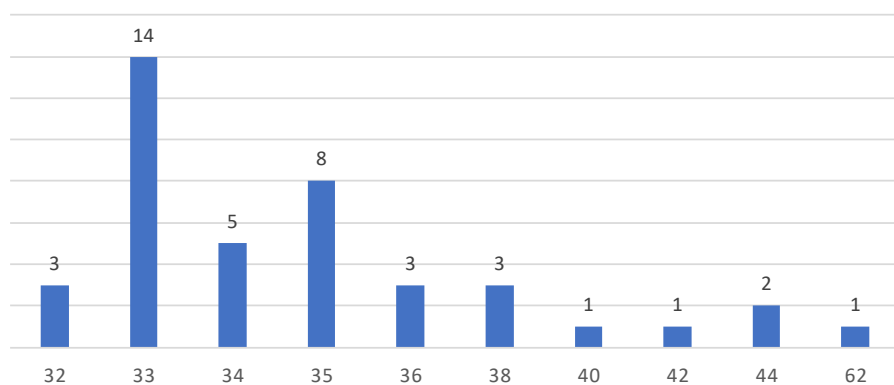
.....

Os Conselhos Jurisdicionais da OF analisaram quase meia centena de processos relacionados com a prática e atos profissionais dos farmacêuticos, a maioria dos quais foram arquivados pelos respetivos conselhos jurisdicionais regionais. Foram aplicadas 12 sanções disciplinares – 7 repreensões, 4 multas e 1 uma pena de suspensão de exercício. O Conselho Jurisdicional Nacional recebeu três pedidos de recurso, tendo mantido as sanções aplicadas em primeira instância.

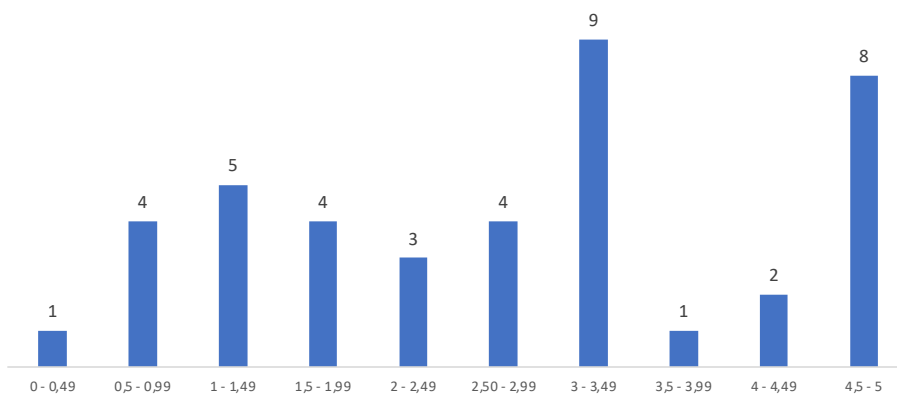
Ciclo de Desenvolvimento Profissional 2017-2021

Ciclo de Desenvolvimento Profissional 2017-2021

Distribuição por idade



CDP em falta



A atividade farmacêutica está associada ao acompanhamento permanente dos desenvolvimentos nas ciências farmacêuticas, na prática profissional, na legislação, nos normativos profissionais e nos avanços tecnológicos relacionados com o uso do medicamento e outras tecnologias de saúde. A excelência do exercício profissional farmacêutico implica, por tudo isso, um sério compromisso individual com o Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC).

Na sequência do término do Ciclo de DPC 2017-2021 composto por 494 farmacêuticos, dos quais 90% concluíram o mesmo com sucesso, destaca-se o seu

empenho e dedicação para continuar a prestar um serviço de excelência aos cidadãos. Os 48 farmacêuticos que não cumpriram o disposto no Regulamento Interno de Qualificação da Ordem dos Farmacêuticos (OF) foram encaminhados para os respetivos Conselhos Jurisdicionais Regionais.

A OF, enquanto entidade reguladora da profissão, foi pioneira em Portugal na implementação de um sistema de qualificação profissional que assegura à sociedade a competência, a preparação e a atualização dos seus membros para a prática da profissão farmacêutica.

No âmbito do ciclo 2017/2021, todos os farmacêuticos que não concluíram

o ciclo foram contactados pela OF, em dezembro de 2022, por forma a averiguar os motivos que levaram à não conclusão. Extraordinariamente foi estabelecido um prazo máximo de um mês para resposta e resolução da situação através da submissão de formações realizadas no período entre 2017 e 2021. Findo este período, a OF reencaminhou para análise dos Conselhos Jurisdicionais Regionais 48 membros, de um total de 494, cujo Ciclo de DPC permaneceu incompleto: 7 (1%) para o Conselho Jurisdicional Regional do Centro, 16 (3%) para o Conselho Regional Jurisdicional do Norte e 25 (5%) para o Conselho Regional Jurisdicional do Sul e Regiões Autónomas.

O Ciclo de Desenvolvimento Profissional Contínuo da OF decorre em períodos de 5 anos. Segundo o Regulamento Interno de Qualificação da OF, estão sujeitos ao sistema de DPC, todos os membros efetivos da OF, devendo estes realizar formação que possibilite a aquisição de novos conhecimentos, assim como a atualização dos conhecimentos adquiridos, integrado num sistema de aquisição de Créditos de Desenvolvimento Profissional (CDP). Os CDP poderão ser obtidos pela evidência da prática profissional no âmbito do ato farmacêutico e será valorizada com 2 CDP por cada ano de exercício profissional (até um máximo de 10 CDP) ou fração correspondente ao número de meses de trabalho e ETIS (Equivalentes de Tempo Integral).

Em cada ciclo de DPC, além dos CDP referidos anteriormente, os farmacêuticos devem completar um mínimo de 5 CDP através das seguintes atividades aptas a creditação: formação pós-graduada, título de especialista reconhecido pela OF, competência farmacêutica, formação contínua, atividades formadora e atividades e intervenção profissional.

No âmbito do ciclo 2018/2022, foram também contactados todos os farmacêuticos que não concluíram o ciclo, estando em curso o processo de esclarecimento sobre os respetivos motivos.

ATIVIDADES

OF e Instituições de Ensino Superior juntas para promoção do MICEF

A área das Ciências da Saúde traz consigo novos desafios, que têm de ser respondidos com novos talentos. Compreendendo esta necessidade, a Ordem dos Farmacêuticos e as nove instituições que lecionam o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas lançam uma campanha para sensibilizar os estudantes finalistas do ensino secundário sobre as diversas oportunidades de carreira na profissão farmacêutica. Um simulador de carreira digital e um e-Book informativo fazem parte dos conteúdos que serão lançados com esta iniciativa.

Sob o mote "Ciências Farmacêuticas: Um mundo inteiro numa profissão", é lançada uma campanha de comunicação que desafia os finalistas do ensino secundário a fazer parte da transformação das Ciências da Saúde. Para o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, "as Ciências Farmacêuticas juntam duas características muito estimulantes para quem procura uma formação superior: é um dos cursos mais abrangentes da área de Ciências da Saúde e é ainda capaz de assegurar uma grande estabilidade profissional

em vários ramos de especialização, com uma taxa de empregabilidade na ordem dos 97%, segundo um estudo recente da consultora Nielsen". Helder Mota Filipe reflete ainda sobre os diferentes perfis profissionais que podem nascer com esta formação. "Atualmente, para além da área Clínica, os mestres em Ciências Farmacêuticas podem seguir carreira nas áreas da Investigação, da Indústria, na Regulamentação ou desenvolver projetos em áreas de Saúde mais emergentes".

Com o objetivo de reforçar a ideia de um "mundo de oportunidades", foi desenvolvida uma cápsula com inspiração futurista, que representa o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, e um núcleo que comporta em si "um mundo de oportunidades de carreira" ao alcance de cada estudante. No desdobramento da comunicação, esse núcleo é composto por vários mundos, que representam áreas de especialização distintas que o estudante poderá escolher.

Esta campanha foi desenvolvida pela Ordem dos Farmacêuticos, com a colaboração das nove faculdades, cuja oferta curricular inclui o curso

CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS



Um mundo inteiro numa profissão

de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Faculdade do Algarve, a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, a Escola de Ciências e Tecnologias da Saúde da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, o Instituto Universitário de Ciências da Saúde, o Instituto Universitário Egas Moniz e a Universidade Fernando Pessoa, à qual se juntou posteriormente a Universidade de Évora, com o seu novo MICEF.

Membros Estudantes recebem cartão de identificação



A Ordem dos Farmacêuticos (OF) emitiu, pela primeira vez, um cartão de identificação para os membros estudantes. O documento é válido para cada ano letivo e identifica os futuros farmacêuticos junto dos vários parceiros da OF, permitindo usufruir dos benefícios e condições especiais acordadas com diversas entidades.

A Direção Nacional da OF assumiu o compromisso de revitalizar a categoria de membro estudante, como forma de aproximar os estudantes do Mestrado

Integrado em Ciências Farmacêuticas daquela que será a sua Ordem profissional, envolvendo-os nos trabalhos e atividades da instituição.

Atualmente, estão registados cerca de 500 membros estudantes, que têm vindo a receber a nova carteira de identificação ao longo das últimas semanas. O documento foi desenvolvido para permitir o acesso ao vasto conjunto de benefícios protocolados pela OF com múltiplas entidades, de diferentes geografias e setor de atividade.

Ensino superior público com mais vagas para Ciências Farmacêuticas

As cinco instituições de ensino superior que lecionam o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF) disponibilizaram um total de 711 vagas para futuros farmacêuticos, às quais acrescem ainda as 13 vagas do ciclo preparatório para o MICF lecionado pela Universidade dos Açores (menos duas do que no ano anterior). No total, existem mais nove vagas para o MICF do que em 2022.

Apenas a Universidade do Porto mantém o número de vagas disponibilizadas no ano passado. Nas restantes faculdades, registaram-se alguns ajustes no número de vagas disponibilizadas, com aumento de duas vagas na Universidade de Coimbra e na

Universidade da Beira Interior, três novas vagas na Universidade de Lisboa e quatro na Universidade do Algarve.

A Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa é a instituição com maior número de vagas (215), mas é também aquela que registou a nota mais elevada do último colocado na 1.ª fase do concurso de 2022 (158.3 pontos). A Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra surge logo em seguida, com 210 vagas e 156.4 pontos de nota do último colocado em 2022. A Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto mantém então o número de vagas disponibilizadas no ano passado (175), em que a nota de entrada do último colocado foi

de 155 pontos. Na Universidade da Beira Interior registam-se 49 vagas para o MICF, mais duas do que no ano passado, em que a nota de entrada do último colocado foi de 156.8 pontos. A Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve apresenta o maior aumento do número de vagas (+4) e uma nota de entrada do último colocado em 2022 de 150.6 pontos. Por fim, na Universidade dos Açores, o ciclo preparatório para o MICF, que corresponde aos dois primeiros anos do mestrado integrado, disponibiliza 13 vagas, menos duas do que em 2022, com uma nota de entrada do último colocado de 130.3 pontos.

Instituição	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Universidade dos Açores - Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente	13	15	15	15	15	15	15
Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	49	45	45	45	45	45	45
Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências da Saúde	62	60	60	60	60	60	55
Universidade de Coimbra - Faculdade de Farmácia	210	198	198	190	186	186	186
Universidade do Porto - Faculdade de Farmácia	175	175	175	175	175	175	187
Universidade de Lisboa - Faculdade de Farmácia	215	212	212	212	209	209	220
Universidade de Évora - Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano	19	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	743	705	705	697	690	690	708



UNIVERSIDADE DE ÉVORA INICIA MESTRADO INTEGRADO

A partir do próximo ano letivo de 2023-2024, a Universidade de Évora, através da Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano, vai disponibilizar o curso de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF) na sua oferta formativa. Neste primeiro ano são disponibilizadas 19 vagas para futuros farmacêuticos. As candidaturas ao Ensino Superior iniciam-se no dia 24 de julho. A Universidade de Évora torna-se assim a sexta universidade pública portuguesa a ministrar o MICF, às quais se juntam

quatro instituições de ensino superior privado e o curso preparatório lecionado na Universidade dos Açores. A direção do curso está a cargo da farmacêutica Ana Margarida Molinho Advinha, disponibilizando 19 vagas para o ano letivo de estreia. Segundo a informação veiculada pela instituição, o curso pretende "desenvolver um processo de ensino-aprendizagem inovador, em forte articulação com a clínica, a investigação e os setores tecnológico e empresarial".

OF e APEF dinamizam Membro Estudante

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) e a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF) vão dinamizar a categoria de Membro Estudante junto dos alunos do 4.º e 5.º ano do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas. As duas entidades estiveram reunidas para efetuar um balanço das atividades

realizadas pelos estudantes durante o último ano letivo e analisar as suas perspetivas sobre a entrada na profissão e sobre o acesso às especialidades farmacêuticas atribuídas pela OF.

Os mesmos temas estiveram também análise na reunião com a presidente da Associação de Estudantes da Faculdade

de Farmácia da Universidade do Porto, Ana Grandinho,

Em ambos os casos, foram identificadas oportunidades de colaboração entre as duas entidades, particularmente nas atividades que se relacionam com os Membros Estudantes da OF.

Tempos desafiantes para a Farmácia Hospitalar

O Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos (CCEFHO-OF) organizou, no dia 25 de fevereiro, as suas XV Jornadas de Farmácia Hospitalar. Os medicamentos biológicos e o início do programa formativo da Residência Farmacêutica foram os temas centrais do evento, que juntou no Hotel Olissippo Oriente, em Lisboa, mais de uma centena de farmacêuticos hospitalares portugueses.

As Jornadas de Farmácia Hospitalar são um dos momentos mais marcantes do calendário profissional dos farmacêuticos hospitalares portugueses. Uma oportunidade para convívio, networking e partilha de experiências sobre a atividade farmacêutica em Farmácia Hospitalar. Na abertura do evento, o bastonário da OF evidenciou

Farmacêutica através da Residência Farmacêutica”, exemplificou o bastonário.

Helder Mota Filipe recordou ainda as dezenas de declarações de exclusão de responsabilidade enviadas por vários farmacêuticos hospitalares aos respetivos conselhos de administração, dando também conhecimento à OF

A jornada de trabalhos envolveu a discussão e debate sobre os medicamentos biológicos, com um painel de debate com representante do Infarmed, Fátima Ventura, do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, Hélder Duarte, e da Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, Paulo Paiva, e outro com a participação de diretores de Serviços



os desafios que os farmacêuticos hospitalares enfrentam em múltiplos domínios, designadamente no acesso à Carreira Farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde (SNS). O início do primeiro programa da Residência Farmacêutica é “um marco determinante para toda a profissão”, disse o bastonário, que elencou algumas “lacunas e problemas estruturais” que ainda persistem no acesso à carreira. “Já apresentámos à nova equipa ministerial, bem como à nova direção executiva do SNS, a proposta de alteração legislativa que resolve grande parte das injustiças que muitos farmacêuticos enfrentam”, revelou. “Mas há um princípio base do qual não abdicaremos: o reconhecimento mútuo, entre o Ministério da Saúde e a OF, do título de especialista, tal como acontece com outras classes profissionais. Não é admissível que um farmacêutico especialista que exerça no setor privado, e que queira servir o SNS, tenha de ingressar na Carreira

(CHUC, CHUP, IPO Porto, Hospitais de Cascais e de Loures). Estes farmacêuticos consideram não estar reunidas as condições para a prestação de cuidados de saúde de qualidade e com a necessária segurança, em conformidade com o ato farmacêutico. Justificam-no com carências de condições materiais e de recursos humanos e declinam, por isso, qualquer responsabilidade civil ou disciplinar que lhes venha a ser imputada. O bastonário manifestou a forte oposição da OF à continuação da contratação de farmacêuticos pelo SNS enquanto Técnicos Superiores de Saúde, visto que, neste momento, “mesmo com todas as falhas, existe uma carreira farmacêutica”.

No final da sessão de abertura, o CCEFHO-OF homenageou uma das suas anteriores presidentes, Paula Dias de Almeida, pelo seu vasto trabalho e extenso percurso profissional, que muito contribuiu para o desenvolvimento da Farmácia Hospitalar em Portugal.

Farmacêuticos hospitalares – José Feio (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra), Armando Alcobia (Hospital Garcia de Orta), Carla Ferrer (Hospital de Vila Franca de Xira) e médica Margarida Oliveira, do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira.

Os trabalhos vespertinos começaram com entrega do Prémio DIFH - Divulgação de Iniciativas em Farmácia Hospitalar ao trabalho “Avaliação da Qualidade e Segurança do Fracionamento de Comprimidos em Farmácia Hospitalar”, da autoria de António Mendes, do Centro Hospitalar Universitário de Santo António, e do Prémio BIOJAM Inovar, atribuído a Renata Barbosa, do Centro Hospitalar e Universitário de São João, com o trabalho “Segurança do Doente e Erros de Medicação – Intervenção Farmacêutica e Educacional”.

Seguiram dois painéis de debate dedicados à Residência Farmacêutica, o primeiro dedicado à realidade espanhola, com participação de um

.....

Seguiram dois painéis de debate dedicados à Residência Farmacêutica, o primeiro dedicado à realidade espanhola, com participação de um farmacêutico residente em Farmacia Hospitalaria numa unidade espanhola, Jorge Pedreira, da representante do grupo de trabalho de tutores da Sociedad Española de Farmacia Hospitalaria, Patricia Sanmartin Fenollera, e do presidente da Comissão Nacional da Residência Farmacêutica (CNRF), Carlos Maurício Barbosa.



farmacêutico residente em Farmacia Hospitalaria numa unidade espanhola, Jorge Pedreira, da representante do grupo de trabalho de tutores da Sociedad Española de Farmacia Hospitalaria, Patricia Sanmartin Fenollera, e do presidente da Comissão Nacional da Residência Farmacêutica (CNRF), Carlos Maurício Barbosa.

A segunda sessão dedicada à Residência Farmacêutica esteve centrada na análise dos critérios para avaliação da idoneidade formativa das unidades do SNS nas várias valências com relevo para a realização do programa da Residência Farmacêutica. Este painel teve como oradores Paula Campos, membro da CNRF, Nadine Ribeiro, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Cláudia Santos, do Hospital da Luz, e João Alves, do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central).

No final do evento, o presidente do CCEFHO-OF, João Ribeiro, destacou a vitalidade de um dos maiores encontros nacionais dirigidos à Farmácia Hospitalar e anunciou alguns novos projetos que o Conselho do Colégio vai desenvolver durante o corrente mandato, como é o caso da Hora do Colégio, uma iniciativa que visa debater assuntos estruturais para a atividade dos farmacêuticos comunitários. O presidente do CCEFHO-OF recordou também o trabalho conjunto com o Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária para desenvolvimento da norma farmacêutica para dispensa de medicamentos em proximidade. João Ribeiro sublinhou o envolvimento dos membros de ambos os colégios neste trabalho, que foi já entregue à Direção Nacional para aprovação e Consulta Pública.



Paula Almeida, farmacêutica especialista em Farmácia Hospitalar e atual presidente do Conselho de Qualificação e Admissão (CQA) da Ordem dos Farmacêuticos, foi homenageada pelo Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar (CCEFHO-OF) nas XV Jornadas de Farmácia Hospitalar. Esta distinção

HOMENAGEM A PAULA ALMEIDA

teve em conta “as pegadas deixadas num caminho exemplar em prol da Farmácia Hospitalar” representadas num “percurso profissional rico e variado”.

Nascida em Benavente, Maria Paula de Carvalho Dias de Almeida é licenciada em Farmácia pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, tendo concluído o curso em 1975, e especialista em Farmácia Hospitalar desde 1994. O seu percurso profissional teve início em 1977 no Hospital da Misericórdia em Lisboa. Posteriormente desempenhou funções nos Serviços Farmacêuticos do Hospital de Santarém (entre 1983 e 1987) e no Hospital Ega Moniz, onde assumiu a Direção dos Serviços Farmacêuticos. Em 2001 coordenou dos Serviços Farmacêuticos do Grupo José de Mello Saúde, que acumulou com a Direção dos Serviços Farmacêuticos do Hospital Fernando da Fonseca. No ano de 2008 aceitou

um novo desafio profissional e tornou-se vogal do Conselho Diretivo do Infarmed.

Ao longo do seu percurso, Paula Almeida dedicou-se ainda a outras atividades relacionadas com a profissão, tendo integrado o Conselho para Cooperação da Ordem dos Farmacêuticos, a Direção da Associação Portuguesa de Farmácia Hospitalar (APFH), o Júri de Equiparação ao Estágio de Carreira e o Júri de Estágio de Carreira em Farmácia Hospitalar, assumindo ainda a Presidência do CCEFHO-OF no ano de 2010.

Nas palavras do presidente atual do CCEFHO-OF, João Ribeiro, Paula Almeida “deixou sempre o seu cunho pessoal nos projetos que abraçou, dinamizando os serviços, fomentando a criação de manuais, modificando rotinas e práticas para obter processos mais eficientes e serviços mais integrados com profissionais mais motivados”.

Farmacêuticos comunitários com novos serviços para os utentes

Os farmacêuticos comunitários portugueses estiveram reunidos em Santa Maria da Feira, por ocasião das Jornadas de Farmácia Comunitária 2023, organizadas pelo Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária da Ordem dos Farmacêuticos (CCEFC-OF). A regulamentação de novos serviços farmacêuticos em farmácias comunitárias, como a dispensa de medicamentos hospitalares e a renovação da terapêutica crónica, foram os temas centrais do evento.



As Jornadas de Farmácia Comunitária 2023 realizaram-se este fim-de-semana, no Europarque, em Santa Maria da Feira. Foram dois dias de trabalhos e de desenvolvimento profissional em torno da atividade dos farmacêuticos nas farmácias comunitárias. Entre os temas centrais do evento esteve a implementação de novos serviços farmacêuticos nas farmácias, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade ou a renovação da terapêutica a doentes crónicos, tal como previsto no Orçamento de Estado para 2023. A OF iniciou um processo interno para definição das condições e requisitos para a prestação de ambos os serviços nas farmácias comunitárias. A Norma Profissional sobre a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, elaborada conjuntamente pelos Conselhos

dos Colégios de Especialidade de Farmácia Comunitária e de Farmácia Hospitalar, esteve em Consulta Pública até ao início de maio, tendo recebido inúmeros contributos e comentários de farmacêuticos a título individual, organizações setoriais e outras entidades representantes dos doentes. A versão final do novo referencial deve suportar a regulamentação que o Governo está a preparar para iniciar prestação deste serviço nas farmácias comunitárias. Neste mesmo contexto profissional, a OF está também a desenvolver novas Competências Farmacêuticas para suportar a prestação de serviços farmacêuticos diferenciados, como é o caso da dispensa de medicamentos oncológicos. A Competência Farmacêutica em Oncologia vai estar também em debate nas Jornadas de Farmácia Comunitária,

precedendo a Consulta Pública que a Direção Nacional da OF iniciará nas próximas semanas.

A OF está ainda a preparar a regulamentação do novo serviço de renovação da terapêutica crónica, num processo que vai também incluir os contributos dos prescritores para definição das condições em que os farmacêuticos podem renovar a prescrição a doentes crónicos, aliviando assim a pressão e carga burocrática sobre os cuidados de saúde primários. O mesmo processo deve também suportar a implementação de outros serviços farmacêuticos de valor acrescentado para os utentes, como a preparação individualizada da medicação, a revisão da medicação ou a

.....
Entre os temas centrais do evento esteve a implementação de novos serviços farmacêuticos nas farmácias, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade ou a renovação da terapêutica a doentes crónicos, tal como previsto no Orçamento de Estado para 2023.



definição de protocolos de atuação em situações clínicas ligeiras.

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, destaca que a prestação destes novos serviços farmacêuticos em farmácias comunitárias requer o acesso dos farmacêuticos em atividades assistenciais às plataformas de dados em saúde, realçando a colaboração com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde neste domínio. “Não existem atualmente limitações tecnológicas para impeçam a partilha de informação relevante para a prestação de cuidados. Apenas por falta de vontade política se pode continuar a protelar o acesso dos diferentes profissionais de saúde a

informação essencial para os cuidados que prestam aos seus utentes”, realça o bastonário.

A presidente do CCEFC-OF, Carolina Mosca, destacou o momento determinante que a farmácia comunitária enfrenta. “Ao longo dos últimos meses, realizámos um intenso trabalho de preparação de normas profissionais que balizem a atividade dos farmacêuticos e a disponibilização destes novos serviços. São esses temas que queremos agora analisar com os farmacêuticos comunitários de todo o país. Para que todos possamos cumprir as Boas Práticas e prestar um serviço de qualidade, segurança e valorizado pelos nossos utentes”.

.....

“Ao longo dos últimos meses, realizámos um intenso trabalho de preparação de normas profissionais que balizem a atividade dos farmacêuticos e a disponibilização destes novos serviços.



ATIVIDADES

Farmacêuticos voluntários para Jornadas Mundiais da Juventude



A organização das Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) 2023 recebeu candidaturas de profissionais e estudantes da área da Saúde como voluntários para prestar apoio às infraestruturas de saúde que vão estar espalhadas pela cidade de Lisboa durante a realização do evento, entre 1 e 6 de agosto – equipas móveis, tenda de socorrismo, posto médico avançado e hospital de campanha.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) manifestou a disponibilidade dos

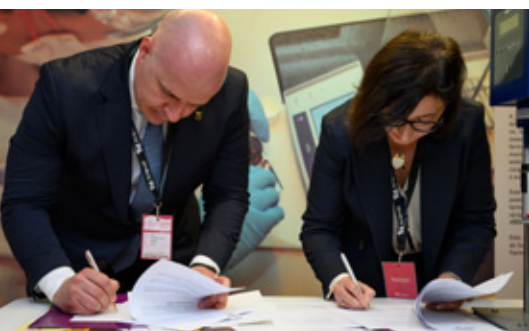
farmacêuticos portugueses para colaborar com o comité organizador da JMJ, nomeadamente no planeamento da assistência farmacêutica aos participantes. A Ordem indicou um representante para integrar a equipa de saúde das JMJ, que participou ativamente nos trabalhos de definição e implementação do plano de assistência aos participantes e, em particular, na gestão do circuito do medicamento.

Ciente também do desafio que pode representar a assistência farmacêutica

a milhares de participantes na JMJ 2023, a OF evidenciou a disponibilidade para se associar ao evento nos moldes em que a organização entendeu conveniente, designadamente no que respeita ao circuito do medicamento e à respetiva cobertura farmacêutica durante o decorrer da Jornada e nos diferentes locais que acolhes as iniciativas associadas ao evento. Em carta dirigida ao bispo D. Américo Aguiar, presidente da Fundação JMJ Lisboa 2023, o bastonário da OF, Helder Mota Filipe, destacou a importância do planeamento da cobertura assistencial farmacêutica durante evento, "salvaguardando assim a saúde e cuidados a todos os seus intervenientes".

O Infarmed alertou os operadores do circuito do medicamento para um expectável aumento de procura de medicamentos durante o evento. A autoridade nacional do medicamento identificou mais de uma dezena de fármacos com maior utilização pelas populações mais jovens, apelando aos operadores para prever o aumento de procura e tomar diligências para assegurar a oferta e o abastecimento do mercado. Entre os medicamentos com expectável aumento de procura estão alguns antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios, antidiarreicos ou recuperadores da flora intestinal, num total de 16 de medicamentos que constam na listagem divulgada pelo Infarmed.

Novo protocolo para sensibilização da dermatite atópica



No dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança, a Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos celebrou um protocolo de colaboração com a Sanofi, no âmbito do espaço da Farmácia/Laboratório Saúde na KidZania Lisboa. O protocolo foi assinado com o intuito de promover uma atividade de literacia em saúde sobre dermatite atópica (DA) junto das crianças que visitam o espaço Farmácia/

Laboratório Saúde para uma maior consciencialização sobre a doença. Através da coleção dos Livros da 'Diana e a Dermatite Atópica', desenvolvida numa colaboração entre a Sanofi e a ADERMAP – Associação Dermatite Atópica Portugal – os visitantes da KidZania vão ter a oportunidade de ficar a saber mais sobre a dermatite atópica, doença que afeta cerca de 18,6% das crianças/adolescentes na Europa.

Farmacêuticos ibero-americanos reuniram em Barcelona

A recém-criada Sociedade Científico-Profissional de Farmácia Comunitária Iberoamericana (SOCFIC) realizou o seu primeiro congresso nos dias 9 e 10 de junho, em Barcelona, juntando mais de 400 farmacêuticos, instituições e empresas do setor para definir um “projeto comum” para a farmácia comunitária Iberoamericana. O evento contou com participação do bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) de Portugal, Helder Mota Filipe, entre outros farmacêuticos portugueses que integram também os órgãos sociais desta nova organização.

Com cerca seis meses de atividade, a nova sociedade científica e profissional que junta farmacêuticos comunitários iberoamericanos (Portugal, Espanha, América do Sul, Central e Caraíbas) organizou o seu primeiro congresso internacional. Na abertura do evento, o presidente da SOCFIC, Jesús Gómez, explicou os objetivos da nova organização e desta primeira edição do seu congresso. A SOCFIC tem por missão o desenvolvimento da prática clínica e assistencial na farmácia comunitária Iberoamericana, promovendo serviços e cuidados farmacêuticos e de saúde pública e a aplicação do conhecimento científico à prática clínica.

A nova sociedade tem como vice-presidente o bastonário da OF de Portugal entre 2009 e 2015, Carlos



Maurício Barbosa, a que se juntam as farmacêuticas portuguesas Carolina Mosca e Teresa Almeida, como vogais da direção.

Presente na cerimónia de abertura do Congresso, o bastonário da OF de Portugal, Helder Mota Filipe, saudou a nova organização por preencher um espaço relevante para a representação dos farmacêuticos ibero-americanos e para a partilha de informação entre profissionais destes países. O representante dos farmacêuticos portugueses descreveu a realidade do exercício profissional farmacêutico no nosso país e mencionou os principais desafios que

a profissão enfrenta, nomeadamente na implementação dos novos serviços farmacêuticos para dispensa de medicamentos hospitalares nas farmácias comunitárias e para renovação da terapêutica a doentes crónicos. Na perspetiva do bastonário, a convergência de profissionais na SOCFIC permite a "partilha de experiências e conhecimentos sobre problemas comuns a todos os países, como as ruturas de medicamentos, e desafios específicos relacionados com a integração e articulação de serviços farmacêuticos nos respetivos sistemas de saúde".

Capacitar para a geração e utilização de evidência na prática profissional

A Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas (SRSRA) da Ordem dos Farmacêuticos lançou, no ano de 2023, o Programa de Capacitação Científica "Gerar evidência na Prática Farmacêutica", no âmbito do, também recentemente criado, Centro de Estudos para a Profissão Farmacêutica.

Constituído por cinco blocos - Sensibilização, Preparação, Desenvolvimento, Comunicação e Progressão, este programa pretende promover e valorizar a profissão farmacêutica através da investigação científica, recorrendo a um percurso formativo de capacitação constituído por webinars, Cursos Síncronos e

Cursos Assíncronos, a serem lançados ao longo do ano de 2023 e 2024.

Todos os conteúdos já lecionados podem ser acedidos através da Plataforma Moodle de formação da SRSRA-OF, permitindo uma maior facilidade na gestão individual do processo de aprendizagem.

ATIVIDADES

Farmácia Latina discutiu a atualidade do setor em Barcelona

Decorreu em Barcelona, entre os dias 16 e 17 de março, o encontro do Grupo Farmácia Latina, um consórcio informal que congrega representantes dos farmacêuticos e farmácias comunitárias de Portugal, Espanha, França e Itália. Esta reunião teve o objetivo de discutir e partilhar experiências relativas aos principais temas da atualidade farmacêutica como a dispensa de medicamentos hospitalares em

proximidade, a criação de novos serviços farmacêuticos e a vacinação por farmacêuticos.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) esteve representada pelo bastonário, Helder Mota Filipe, e pela secretária técnica para as Relações Internacionais, Leonor Soares, tendo participado na sessão dedicada à expansão do papel dos farmacêuticos na vacinação. A representação lusa contou ainda com

uma comitiva da Associação Nacional das Farmácias (ANF), constituída pela presidente, Ema Paulino, e pelos farmacêuticos Manuel Talhinhos e Teresa Almeida, que intervieram nas sessões dedicadas à dispensa de medicamentos hospitalares em farmácia comunitária e ao desenvolvimento do papel assistencial do farmacêutico.

Ao longo destes dois dias foram ainda discutidos outros projetos que se encontram em desenvolvimento nos países participantes, como os serviços de telemedicina e de vacinação em Itália e o sistema de garantia de qualidade em farmácias comunitárias em França. Novos modelos de remuneração de serviços farmacêuticos, testagem COVID-19 em farmácias comunitárias e o contributo das farmácias para a coesão territorial foram outros temas abordados neste encontro da Farmácia Latina.

A próxima reunião da Farmácia Latina realiza-se em 2024, em Portugal.



“Uma História com Futuro”

No âmbito da celebração dos 50 anos da Ordem dos Farmacêuticos, a Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos (SRSRA-OF) realizou, no Museu da Farmácia de Lisboa, 4 edições do “Noites na Ordem – Uma

História com Futuro” onde juntou antigos Presidentes da Direção da SRSRA-OF e antigos Bastonários da OF, num momento de partilha de experiências vividas durante os seus mandatos em que lideraram os desígnios da Ordem.



Assuntos Regulamentares comemoraram 25 Anos

Há 25 anos, um grupo de farmacêuticos com funções diferenciadas na autoridade reguladora e na indústria farmacêutica propunham a criação de uma nova especialidade farmacêutica, inicialmente denominada como Registos e Regulamentação Farmacêutica.

O Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares da Ordem dos Farmacêuticos (CCEAR-OF) assinalou os 25 anos da criação da especialidade farmacêutica em Assuntos Regulamentares. A Sessão Comemorativa decorreu no dia 2 de junho, no Museu do Oriente, em Lisboa, num evento aberto a todos os especialistas em Assuntos Regulamentares e demais farmacêuticos, que juntou vários colegas que tiveram um papel determinante na criação e desenvolvimento da especialidade.

A ideia da criação desta nova especialidade resultou da constatação de uma necessidade de construir uma massa crítica e de visão de futuro nesta área do setor farmacêutico. Alguns anos após a sua criação formal, foi proposta pelo Conselho do Colégio de Especialidade uma mudança de designação, para Assuntos Regulamentares, que foi aprovada pela Direção Nacional da OF, com o fundamento de abarcar melhor todo o espectro de atividade dos farmacêuticos que trabalham na área regulamentar.

Para assinalar os 25 anos da criação da especialidade, o CCEAR-OF organizou uma Sessão Comemorativa no Museu do Oriente, em Lisboa, numa iniciativa aberta a todos os especialistas em Assuntos Regulamentares e demais farmacêuticos. Os participantes recordaram a história de



uma das especialidades farmacêuticas mais recentes, hoje perfeitamente sedimentada e altamente valorizada no sistema de saúde, pela garantia da qualidade e da segurança dos medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde.

O evento juntou todos os presidentes do CCEAR-OF dos últimos 25 anos – Teresa Carvalho, Pedro Freitas, Antonieta Lucas (em depoimento), Manuela Machado e Maria José Justo

–, num painel moderado por Ana Paula Amorim, que foi membro da Comissão Instaladora do Colégio de Especialidade. O presidente do Infarmed, Rui Santos Ivo, foi o conferencista convidado, tendo evidenciado o alto grau de diferenciação dos farmacêuticos especialistas em Assuntos Regulamentares e o seu importante contributo para garantir a qualidade e segurança dos medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde.



Medalha de Serviços Distintos para farmacêuticas diretoras do Infarmed

As farmacêuticas Cláudia Furtado, diretora de Informação e Planeamento Estratégico e de Avaliação das Tecnologias de Saúde, e Marta Marcelino, diretora de Avaliação de Medicamentos, receberam a Medalha de Serviços Distintos Grau Ouro do Ministério da Saúde. A distinção foi entregue durante a cerimónia oficial de comemoração do Dia Mundial da Saúde, realizada a 5 de abril, no Auditório do Infarmed, em Lisboa.

Cláudia Furtado é licenciada em Ciências Farmacêuticas e doutorada em Saúde Pública, com especialização em Economia da Saúde, pela Escola Nacional de Saúde Pública. As funções que desempenha na autoridade reguladora são determinantes para o desenvolvimento e avaliação de medidas e propostas na área da política do medicamento.

Na nota divulgada pelo Ministério da Saúde realça-se o rigor da atividade de avaliação desenvolvida em conjunto

com a Comissão de Avaliação de Tecnologias de Saúde, que tem sido objeto de reconhecimento inter pares a nível europeu.

A farmacêutica Marta Marcelino é especialista em Assuntos Regulamentares pela Ordem dos Farmacêuticos. Dirige o departamento de Avaliação de Medicamentos do Infarmed, que assegura a avaliação de medicamentos para autorização de introdução no mercado. O Ministério da Saúde sublinha o trabalho desenvolvido na área da investigação clínica, com a autorização de ensaios clínicos e a recente implementação do portal único europeu para avaliação de ensaios clínicos, bem como as atividades de avaliação de fármacos e vacinas em situações de urgência.

As duas farmacêuticas integram um grupo de 24 personalidades distinguidas pelo Ministério da Saúde durante as comemorações do Dia Mundial da Saúde 2023.



Farmacêutica preside Conselho Pedagógico da FMUL



A farmacêutica e professora universitária Maria José Diógenes é a nova presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL). Tomou posse esta segunda-feira, dia 5 de junho, na reitoria da UL e na presença do reitor Luís Ferreira. Farmacologista, professora da FMUL e investigadora do Instituto de Medicinal Molecular, Maria José Diógenes tem vindo a desenvolver vários estudos na área das doenças neurodegenerativas, que lhe

valeram várias distinções, prémios e bolsas de investigação.

A farmacêutica substituiu o anterior presidente, Joaquim Ferreira, que presidia este conselho desde 2021. Entre as suas principais competências deste órgão está a avaliação do desempenho pedagógico dos docentes e pronuncia sobre orientações pedagógicas, métodos de ensino e de avaliação.

O mandato de Maria José Diógenes tem a duração de três anos, até 2025.

Ana Paula Martins na presidência do CHULN

O novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (CHULN), que integra o Hospital de Santa Maria e o Hospital Pulido Valente, tomou a 1 de fevereiro. A bastonária da Ordem dos Farmacêuticos (OF) entre 2016 e 2021, Ana Paula Martins, é a nova presidente da instituição, que tem como diretor clínico o médico Rui Tato Marinho. José Abrantes, enfermeiro diretor, André Ferreira e Catarina Baptista, como vogais executivos, completam a composição do novo Conselho de Administração do CHULN. O novo Conselho de Administração do CHULN foi proposto pelo diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde, Fernando Araújo, e designado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Saúde e das Finanças.

A farmacêutica Ana Paula Martins e os restantes membros do Conselho de Administração assumem um mandato de três anos. “O Ministério da Saúde está confiante de que o novo Conselho de Administração reforçará a capacidade de gestão desta importante unidade do SNS, aproximando-a das necessidades dos utentes e das aspirações dos profissionais”, referiu a tutela em comunicado.

A nova presidente foi indicada pelo Ministério da Saúde pela “vasta carreira profissional na Universidade e na indústria farmacêutica e um percurso cívico reconhecido”. “O profundo conhecimento que tem do setor da farmácia, do medicamento e da indústria que o disponibiliza constituirá um contributo adicional para que se possam tomar medidas no

caminho da sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente no Centro Hospitalar em que a despesa em medicamentos ultrapassou, no ano de 2022, os 191 milhões de euros”, diz ainda o comunicado.

Ana Paula Martins declarou o “enorme prazer” e “grande responsabilidade” por assumir a liderança do CHULN. “Um projeto de pessoas para as pessoas. O nosso compromisso é com a qualidade, a inovação e a humanização na prestação de cuidados de saúde. A nossa ambição é reforçar o prestígio deste grande Centro Hospitalar e dos seus profissionais. Nada é mais importante para nós do que o bem-estar das nossas equipas”, afirmou numa nota publicada na página eletrónica do Ministério da Saúde.

Franklim Marques no conselho de administração da ERS

O farmacêutico e professor universitário Franklim Marques foi designado para o cargo de vogal do conselho de administração da Entidade Reguladora da Saúde (ERS). O Governo aprovou em Conselho de Ministros a designação dos membros do conselho de administração da ERS, agora composto por um médico e um farmacêutico, António José da Silva Pimenta Marinho e Agostinho

Franklim Pinto Marques.

A designação dos novos membros foi aprovada em Conselho de Ministros realizado a 9 de fevereiro. Ambos os responsáveis foram ouvidos na Comissão Parlamentar de Saúde no início de dezembro, apresentando então a sua experiência pessoal e profissional e a visão sobre a intervenção e enquadramento da atividade da ERS.

Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, presidente da Academia de Ciências Farmacêuticas de Portugal, Franklim Marques foi presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos entre 2007 e 2013 e entre 2016 e 2022. Foi também presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas da OF durante quase 15 anos, entre 2001 e 2016.

Lusófona atribui Medalha de Mérito a Manuela Teixeira

A Universidade Lusófona atribuiu a Medalha de Mérito Grau Ouro à farmacêutica Manuela Teixeira, como reconhecimento do empenho, trabalho e dedicação à universidade e ao seu projeto educativo. A entrega da insígnia ocorreu na cerimónia comemorativa do Dia da Universidade, no dia 31 de março. A universidade distingue assim o seu contributo para o desenvolvimento de novos serviços e cuidados farmacêuticos, mas também a sua permanente ligação à farmácia no espaço lusófono.

A medalha reconhece os 50 anos de carreira da farmacêutica e seu envolvimento em importantes transformações da atividade farmacêutica, contribuindo de forma decisiva para o avanço da prática farmacêutica em Portugal. “A sua competência e entusiasmo granjearam a admiração de colegas e amigos, tornando uma figura verdadeiramente querida na comunidade farmacêutica e uma líder influente entre os seus pares”, refere a nota da Universidade Lusófona.



Farmacêuticos portugueses nomeados para comités políticos da FIP

A Federação Internacional Farmacêutica (FIP) solicitou às organizações membro que apresentassem candidaturas de farmacêuticos aos seus vários comités políticos. As nomeações foram agora aprovadas pelo FIP Bureau, que incluiu cinco farmacêuticos portugueses em outros tantos comités políticos da organização. A seleção dos candidatos teve em consideração critérios relacionados com as competências técnicas e científicas, a representação regional e a natureza e dimensão dos comités.

Em quatro dos cinco comités que integram agora farmacêuticos portugueses será efetuada a revisão de declarações políticas emitidas pela FIP sobre informação sobre medicamentos,

resistências antimicrobianas, sustentabilidade ambiental e situações de desastre.

Afonso Cavaco, professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, integra comité político responsável pela FIP Statment of Policy on Strategic development of medicines information for the benefit of patients and users of medicines, adotada em 2017.

O farmacêutico militar Luís Mendonça integra o comité para revisão da declaração sobre o papel dos farmacêuticos na gestão de desastres, igualmente adotada em 2017.

A farmacêutica hospitalar Sónia Vidal da Silva, do Centro Hospitalar

do Médio Tejo, integra o comité para revisão da declaração Environmentally sustainable pharmacy practice: Green Pharmacy, adoptada em 2016, em Buenos Aires.

Cátia Caneiras, professora e investigadora na área da microbiologia na Universidade Egas Moniz, assume a co-presidência do comité da FIP para revisão da declaração sobre Control of Antimicrobial Resistance, também adotada em 2017.

No novo comité dedicado às vacinas será produzida uma nova declaração sobre a intervenção dos farmacêuticos na vacinação longo da vida, integrando a professora e investigadora da Universidade de Aveiro, Teresa Herdeiro.



José Manuel Sousa Lobo professor emérito da U.Porto

O professor jubilado da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP), José Manuel Sousa Lobo, recebeu o título de professor emérito da Universidade do Porto (U.Porto). O título foi entregue na durante a Sessão Solene do Dia da Universidade, que decorreu a 22 de março, no Salão Nobre da Reitoria, que contou com a presença da vice-presidente da Ordem dos Farmacêuticos, Paula Costa.

A cerimónia comemorativa contou com os tradicionais discursos momentos musicais e distinções aos membros da comunidade académica. O título agora entregue ao ex-diretor da FFUP reconhece o percurso dos docentes jubilados ou reformados, que se destacaram pelos elevados serviços prestados à Ciência, Sociedade e Universidade.

Carinhosamente apelidado como o “Professor dos Estudantes”, José Manuel Sousa Lobo iniciou a sua ligação à FFUP em 1968, ano em que

ingressa na licenciatura de Farmácia. Desenvolveu a sua atividade docente e de investigação na área da Tecnologia Farmacêutica. Em outubro de 2021 proferiu a sua última aula, aquando da sua jubilação.

Como membro da comunidade académica da FFUP, Sousa Lobo dirigiu os destinos da faculdade por três vezes. Foi também diretor do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas e do Mestrado em Tecnologia Farmacêutica. À data da sua jubilação era responsável do Departamento de Tecnologia Farmacêutica e Diretor do Departamento de Ciências do Medicamento.

Proferiu a sua última aula, a 6 de outubro de 2021, sob o tema “O percurso da Farmácia e dos Medicamentos”, assinalando a sua jubilação. A sua carreira passou também pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, onde foi docente da Unidade Curricular de Tecnologia

Farmacêutica, integrada no Curso de Licenciatura em Farmácia e Controlo de Qualidade de Medicamentos. O regresso a Maputo fez-se assim passados 28 anos, naquela que considerou uma das experiências mais gratificantes da sua vida.



INFORMAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS
INDEPENDENTE · AVALIADA · ATUALIZADA



cim

CENTRO
DE INFORMAÇÃO
DO MEDICAMENTO

- **CONSULTAS** sobre medicamentos e terapêuticas
- **PUBLICAÇÕES** periódicas
- Apoio na procura, acesso e seleção de **FONTES DE INFORMAÇÃO**
- **ESTÁGIOS** em **INFORMAÇÃO DE MEDICAMENTOS** para alunos do MICF
- Realização de **SESSÕES INFORMATIVAS**

CONTACTOS:

SEDE PROVISÓRIA DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

Av. Casal Ribeiro 14, 6º andar | 1000-092 Lisboa

213 191 385 | cim@ordemfarmaceuticos.pt

HORÁRIO: 09H30 13H00 E 14H00 18H00 (segunda a sexta-feira)

SAIBA MAIS EM





o teu Futuro na tua Ordem.

inscreve-te como
MEMBRO ESTUDANTE da
ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

+ formação +participação +benefícios +futuro

